



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUSTAVO YUKIO TANABE

**PETRÓLEO POR SEGURANÇA NA ERA DA ABUNDÂNCIA:
PARCERIA EUA-ARÁBIA SAUDITA E A REVOLUÇÃO DO XISTO DURANTE O
GOVERNO OBAMA**

FLORIANÓPOLIS
2024

GUSTAVO YUKIO TANABE

**PETRÓLEO POR SEGURANÇA NA ERA DA ABUNDÂNCIA:
PARCERIA EUA-ARÁBIA SAUDITA E A REVOLUÇÃO DO XISTO DURANTE O
GOVERNO OBAMA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Klaus Guimarães Dalgaard

FLORIANÓPOLIS
2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Tanabe, Gustavo Yukio
PETRÓLEO POR SEGURANÇA NA ERA DA ABUNDÂNCIA : PARCERIA
EUA-ARÁBIA SAUDITA E A REVOLUÇÃO DO XISTO DURANTE O
GOVERNO OBAMA / Gustavo Yukio Tanabe ; orientador, Klaus
Guimarães Dalgaard, 2024.
83 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa. 3.
Petróleo. 4. EUA. 5. Arábia Saudita. I. Dalgaard, Klaus
Guimarães . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Gustavo Yukio Tanabe

**PETRÓLEO POR SEGURANÇA NA ERA DA ABUNDÂNCIA:
PARCERIA EUA-ARÁBIA SAUDITA E A REVOLUÇÃO DO XISTO DURANTE O
GOVERNO OBAMA**

Florianópolis, 03 de julho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Daniel Ricardo Castelan, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente
KLAUS GUIMARAES DALGAARD
Data: 05/07/2024 17:02:25-0300
CPF: ***.228.061-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Klaus Guimarães Dalgaard, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024

RESUMO

O engajamento estadunidense no Oriente Médio e sua cooperação securitária com a Arábia Saudita são tópicos frequentes na literatura das Relações Internacionais assim como nos noticiários internacionais, com sua motivação sendo geralmente atribuída ao menos em parte ao desejo de assegurar o suprimento de petróleo. Em contrapartida, durante a administração do presidente Barack Obama, a produção de petróleo dos Estados Unidos cresceu exponencialmente em consequência da chamada “revolução do xisto”, reduzindo drasticamente sua dependência de importações deste insumo. O objetivo desta pesquisa, portanto, é verificar se houve um afastamento na parceria securitária entre EUA e Arábia Saudita durante a presidência Obama por conta da revolução do xisto. Dessa forma, conseguiremos ampliar o estudo do *statecraft* econômico nas Relações Internacionais, um tópico pouco explorado pelas principais correntes teóricas, assim como avançar a compressão quanto à relação EUA-Arábia Saudita. A metodologia seguida é a hipotético-dedutiva, na qual foram utilizadas pesquisas bibliográficas exploratórias e uma análise qualitativa do *statecraft* econômico saudita para os EUA através da teoria condicionalista para realizar o falseamento da hipótese. Como resultados, concluímos que a parceria entre EUA e Arábia Saudita foi mantida no período Obama, mas com significativos atritos ocorrendo entre estes países. Além disso, observamos que a revolução do xisto não foi a principal causa desses reveses na relação, visto que os recursos energéticos não eram a única motivação para o engajamento estadunidense no Oriente Médio e o aumento da produção de petróleo dos EUA não eliminou o interesse do país em proteger o fluxo de petróleo saudita.

Palavras-chave: Obama; Arábia Saudita; petróleo; *statecraft*; revolução do xisto; política externa.

ABSTRACT

US engagement in the Middle East and its security cooperation with Saudi Arabia are frequent topics in International Relations literature as well as in the international news, with their motivation usually being attributed at least in part to the desire to secure oil supplies. In contrast, during President Barack Obama's administration, US oil production grew exponentially as a result of the so-called "shale revolution", drastically reducing its dependence on imports of this resource. The aim of this research, therefore, is to verify if there has been a shift in the security partnership between the US and Saudi Arabia during the Obama presidency as a result of the shale revolution. In this way, we will be able to broaden the study of economic statecraft in International Relations, a topic little explored by the main theoretical currents, as well as advance the comprehension of the US-Saudi Arabia relationship. The methodology followed is hypothetic-deductive, in which exploratory bibliographical research and a qualitative analysis of Saudi economic statecraft to the US through the conditionalist theory were used to falsify the hypothesis. As a result, we concluded that the partnership between the US and Saudi Arabia was maintained during the Obama period, but with significant friction occurring between these countries. Furthermore, we observed that the shale revolution was not the main cause of these setbacks in the relationship, since energy resources were not the only motivation for US engagement in the Middle East and the increase in US oil production did not eliminate the country's interest in protecting the flow of Saudi oil.

Keywords: Obama; Saudi Arabia; oil; statecraft; shale revolution; foreign policy.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIE Agência Internacional de Energia

EI Estado Islâmico

EUA Estados Unidos da América

ONU Organização das Nações Unidas

OPAEP Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo

OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo

Socal Standard Oil of California

TSI Degree of threat to strategic interests

TSI-C Degree of threat to strategic interests associated with compliance

TSI-N Degree of threat to strategic interests associated with non-compliance

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - TSI estadunidense nas presidências Bush e Obama.....	39
Quadro 2 - <i>Stateness</i> no governo Bush.....	46
Quadro 3 - <i>Stateness</i> no governo Obama	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO TEÓRICA E METODOLOGIA	5
2.1 O CONCEITO DE <i>STATECRAFT</i> ECONÔMICO	5
2.2 TEORIA CONDICIONALISTA DO <i>STATECRAFT</i> ECONÔMICO.....	6
2.3 METODOLOGIA	9
3 HISTÓRICO DA RELAÇÃO EUA-ARÁBIA SAUDITA (1931-2008)	14
3.1 INÍCIO DA RELAÇÃO (1931-1945)	14
3.2 PÓS-GUERRA E O COMEÇO DA GUERRA FRIA (1946-1967).....	16
3.3 NASCIMENTO DA ARMA DO PETRÓLEO (1968-1973)	18
3.4 CONSEQUÊNCIAS DO EMBARGO DE 1973	21
3.5 REVOLUÇÃO IRANIANA, GUERRA IRÃ-IRAQUE E O COLAPSO DO PREÇO DO PETRÓLEO (1975-1986)	23
3.6 GUERRA DO GOLFO (1987-1991).....	26
3.7 FIM DA GUERRA FRIA E O INÍCIO DA GUERRA AO TERROR (1992-2008)	28
3.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
4 <i>STATECRAFT</i> ECONÔMICO SAUDITA PARA OS EUA, 2001-2016	33
4.1 NATUREZA DO <i>STATECRAFT</i> ECONÔMICO	33
4.2 AMEAÇA AOS INTERESSES ESTRATÉGICOS	35
4.3 <i>STATENESS</i> DURANTE A PRESIDÊNCIA BUSH	39
4.4 <i>STATENESS</i> DURANTE A PRESIDÊNCIA OBAMA	46
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
5 OBAMA, ARÁBIA SAUDITA E A REVOLUÇÃO DO XISTO	51
5.1 CONTEXTO DOMÉSTICO E INTERNACIONAL	51
5.2 PRINCIPAIS PONTOS DA ESTRATÉGIA EXTERNA DE OBAMA.....	52
5.3 CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA DE OBAMA	54
5.4 PARCERIA EUA-ARÁBIA SAUDITA E A REVOLUÇÃO DO XISTO.....	60
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
6 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

A busca pelo petróleo é frequentemente citada, tanto popularmente quanto na academia, como um dos principais objetivos que incentivam a atuação dos Estados Unidos da América no Oriente Médio. Tanto dentro dos EUA quanto internacionalmente, os recursos energéticos são comumente apontados para explicar as alianças com os regimes autoritários do Golfo Pérsico, a custosa invasão do Iraque ou o antagonismo com o Irã promovidos pela política da Casa Branca (Jones, 2012). Em especial, a necessidade do acesso ao petróleo é apontada como o principal motivo para que Washington direcionasse recursos por décadas para proteger a monarquia da Arábia Saudita, cujo regime político e os valores pouco têm em comum com aqueles defendidos pelos EUA. Por conta disso, a parceria securitária entre os países é frequentemente chamada de “*oil for security*”, petróleo em troca de segurança (Kaiser; Ottaway, 2002).

Esse foco no petróleo não é sem razão, visto que ele tem sido um insumo energético essencial para o funcionamento da economia global desde o século XX, de modo que tanto países consumidores quanto produtores do recurso dependem dele para sua segurança nacional. Assim, compreender o funcionamento do mercado de petróleo é fundamental não só para se entender a economia internacional, mas também o próprio comportamento dos atores internacionais. Isso se aplica fortemente aos países exportadores de petróleo, visto que em sua maioria suas rendas nacionais são dependentes dessas exportações, assim como sua influência e poder no sistema internacional (Shaffer, 2009).

Dentre os países exportadores de petróleo, a Arábia Saudita se destaca por ser o maior exportador de petróleo cru, possuir uma capacidade ociosa de produção inigualável no planeta (Krane; Medlock, 2018) e ter em seu território as maiores reservas do insumo comprovadas do planeta, o que somado ao seu papel de liderança dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Fattouh, 2021) dá ao país uma grande influência no mercado mundial de petróleo. Em contrapartida, os EUA é um dos maiores consumidores de petróleo do mundo e têm como interesse vital manter a estabilidade da economia global, de modo que sua segurança energética e a estabilidade do mercado internacional de petróleo como um todo são pontos centrais da sua política externa (Gordon; et. al, 2018). Dessa forma, parece natural que o governo estadunidense buscaria cooperar com o regime saudita para atingir esses objetivos.

Essa lógica para o comportamento dos EUA passou a ser desafiada quando nos anos finais da administração Bush 43º (daqui em diante apenas Bush) e no início do mandato de Obama, a produção de petróleo estadunidense se tornou uma das mais volumosas do mundo,

dando início ao que seria apontada como uma era de significativa segurança e independência energética no país (Walsh, 2012). Essa mudança se deu por conta do folhelho, comumente chamado de xisto, uma rocha sedimentar na qual matéria orgânica pode ser armazenada ao longo de milhões de anos, possibilitando a extração de petróleo e gás dela. Por conta da natureza de sua formação e armazenamento, os métodos utilizados para extrair os insumos de poços convencionais não são efetivos para o xisto, dificultando seu acesso. Em virtude dessa dificuldade de extração, esses recursos energéticos foram pouco utilizados ao longo da história, apesar de serem conhecidos desde o século XIX (Zendejboudi; Bahadori, 2017).

O rápido desenvolvimento da produção de petróleo e gás de xisto nos EUA, no que ficou conhecido como a revolução do xisto, foi possibilitada pelo avanço em tecnologias que possibilitaram a extração desses recursos, como o fraturamento hidráulico, também chamado de “*fracking*” e o perfuramento horizontal de poços. Com essas inovações tecnológicas, a produção de gás e petróleo de xisto que era quase inexistente até os anos 2000 (Zendejboudi; Bahadori, 2017) passou a representar grande parte da produção energética dos EUA, de modo que ao final de 2012 a produção de petróleo de xisto já havia alcançado mais de 1,5 milhões de barris por dia (Maugeri, 2013). Esse boom teve como resultado que, entre 2007 e 2017, a produção de petróleo estadunidense aumentou em 121%, enquanto a de gás natural cresceu em 52%, revertendo o declínio da indústria energética que pautou o governo Bush (IEA, 2018).

Como consequência dessa renascença da produção de petróleo doméstica, houve também uma significativa diminuição da dependência externa dos EUA no setor energético, com a parcela de petróleo importado na matriz energética estadunidense caindo de mais de 60% em 2008 para menos de 20% em 2018 (IEA, 2018). Dessa forma, podemos perceber que a revolução do xisto trouxe uma gama de efeitos positivos para os Estados Unidos: criação de empregos, melhoria na balança comercial e maior capacidade de manobra na diplomacia (Howald; Mildner; Westphal, 2013).

Apesar dos benefícios geopolíticos trazidos pelo xisto, não é possível afirmar categoricamente que os EUA não dependiam mais de outros países produtores de petróleo como a Arábia Saudita. A parceria dos EUA com o reino saudita na esfera energética historicamente não teve como objetivo apenas abastecer os Estados Unidos, mas também o mercado internacional como um todo, assegurando a estabilidade do preço do petróleo (Krane; Medlock, 2018). Por outro lado, é possível que a maior independência energética alcançada pelos estadunidenses, assim como sua capacidade de afetar o preço internacional de petróleo como um dos maiores produtores de petróleo do mundo, tenha reduzido significativamente o estímulo para os EUA continuarem a arcar com os custos de sua parceria com a Arábia Saudita.

Dessa forma, acreditamos que a dinâmica da parceria entre EUA e Arábia Saudita durante o período Obama seja um tema que demanda um estudo mais aprofundado, visto que nestes anos foi abalado o que é regularmente apontado não só como a motivação principal dessa relação, mas também do engajamento estadunidense no Oriente Médio como um todo. Nesse sentido, a pesquisa sobre as consequências da revolução do xisto nesta relação tem a capacidade de avançar nossa compreensão sobre os objetivos da atuação estadunidense no Oriente Médio, suas motivações na cooperação com a monarquia saudita e a dinâmica dessa parceria durante o período Obama. Além disso, o estudo do petróleo como ferramenta de política externa é uma área relativamente pouco abordada nas teorias tradicionais de Relações Internacionais, sendo uma lacuna importante a ser superada, especialmente se tratando da parceria entre EUA e Arábia Saudita, a qual vem tendo uma grande importância tanto no sistema internacional quanto no mercado de energia.

Portanto, a pergunta que norteia este trabalho é a seguinte: “O crescimento da produção de petróleo estadunidense proveniente da ‘revolução do xisto’ causou um distanciamento na parceria EUA-Arábia Saudita durante a administração Obama?” Nesse sentido, a hipótese levantada assume que são ambas verdadeiras as perspectivas populares de que 1) a cooperação EUA-Arábia Saudita é primeiramente baseada na necessidade estadunidense por petróleo e 2) a revolução do xisto iniciou uma era de independência energética na América do Norte que dispensou a necessidade do envolvimento no Oriente Médio, de forma que se espera que a relação entre os países tenha sido abalada durante a presidência de Obama.

A metodologia adotada neste estudo é a hipotético-dedutiva, voltada na tentativa de falseamento da hipótese levantada. Em última instância, como o catalisador da mudança se deu no setor energético doméstico dos EUA, seus efeitos na parceria com a Arábia Saudita naturalmente terão como origem possíveis transformações no cálculo da política externa estadunidense. Portanto, o objetivo geral deste estudo será verificar se a revolução do xisto gerou uma mudança no cálculo político do governo Obama de modo a gerar uma ruptura na sua parceria securitária com a Arábia Saudita. Como objetivos específicos temos: 1) apontar os fatores que motivaram a parceria EUA-Arábia Saudita ao longo da história e 2) analisar o impacto da revolução do xisto nos objetivos da política externa estadunidense com relação à Arábia Saudita.

Com este trabalho, foi possível concluir que o período da presidência de Obama não resultou em uma ruptura da parceria securitária com a Arábia Saudita, porém a relação entre os países sofreu diversos atritos por conta da estratégia empregada pelo presidente com relação à primavera árabe e ao Irã. A resiliência da cooperação com os sauditas é atribuída em primeiro

lugar pelo fato dessa parceria ter sido, ao longo de toda sua história, motivada não só pela necessidade estadunidense de manter a estabilidade do fluxo de petróleo, mas também por outros objetivos estratégicos, como a contenção do comunismo durante a Guerra Fria e o contraterrorismo ao longo do século XXI. Além disso, observamos que a revolução do xisto: 1) não eliminou os interesses energéticos estadunidenses no Oriente Médio, visto que ela não tornou o país independente energeticamente, considerando o caráter internacional do mercado de petróleo e 2) não foi a principal causa dos atritos que ocorreram com a Arábia Saudita durante a gestão Obama, apesar de que é possível que ela tenha possibilitado em certa medida algumas das políticas que os criaram.

Na próxima seção, serão delimitados os conceitos e a teoria utilizados ao longo da pesquisa, assim como os procedimentos metodológicos. Para se testar nossa hipótese, no Capítulo 3 deste trabalho revisaremos o histórico da relação EUA-Arábia Saudita até 2008 de forma a verificar quais objetivos incentivaram o início de sua parceria, de que forma ela evoluiu ao longo do tempo e quais foram as principais causas de atritos entre os países. Ao examinar o passado da parceria entre os países, conseguiremos ter uma base para identificar se o período da presidência de Obama representou ou não um afastamento em suas relações. Em seguida, será feita uma análise dos fatores que contextualizaram o cálculo político realizado pelo governo de Bush e Obama em sua decisão sobre a continuidade da parceria com os sauditas. Com isso, buscamos comparar a situação enfrentada pelos presidentes de modo a verificar se o xisto causou mudanças significativas para o cálculo do último. Finalmente, com o contexto oferecido pelos capítulos anteriores, examinaremos a política de Obama com relação ao Oriente Médio e sua postura com a parceria securitária saudita. Dessa forma, conseguiremos identificar as mudanças e similaridades da política de Obama e de administrações anteriores, e se alguns dos fatores que a motivaram foram consequências da revolução do xisto.

2 REVISÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Em virtude do papel central que o petróleo saudita tem em nosso estudo, utilizaremos o conceito de *statecraft* econômico de forma a caracterizar a influência que a Arábia Saudita busca ter na política externa estadunidense através do uso desse recurso energético. Portanto, neste capítulo delimitaremos a definição utilizada para *statecraft* econômico e os conceitos de segurança e independência energética, assim como a teoria utilizada para explicar essa política, no caso a teoria condicionalista de Blanchard e Ripsman. Finalmente, será exposta a metodologia utilizada ao longo do trabalho.

2.1 O CONCEITO DE *STATECRAFT* ECONÔMICO

Statecraft é definido por Baldwin (2020, p. 6-7) como “determinadas formas usadas para atingir objetivos de política externa”, ou seja, são instrumentos utilizados por tomadores de decisão para tentar influenciar outros atores no sistema internacional. *Statecraft* econômico, portanto, se refere a qualquer meio econômico o qual um formulador de política externa possa tentar utilizar para mudar o comportamento de outros atores internacionais (Baldwin, 2020, p. 39). Dessa forma, uma tentativa de *statecraft* econômico é formada por um ator remetente, no caso deste estudo a Arábia Saudita, o qual envia estímulos econômicos com o objetivo de influenciar o comportamento do ator alvo, neste caso os Estados Unidos.

As duas principais estratégias do *statecraft* econômico são porretes, que envolvem a ameaça ou uso de sanções e outros meios de coerção ou punição econômica, e cenouras, as quais se referem ao uso de relações econômicas como forma de incentivo ou recompensa (Mastanduno, 2016). O uso do petróleo para influenciar o comportamento de um ator internacional é considerado uma forma de *statecraft* econômico, visto que recursos energéticos são uma forma de recurso econômico (Dalgaard, 2017). Dessa maneira, a oferta de suprimento de petróleo em troca de segurança, por exemplo, seria uma forma de *statecraft* econômico via incentivo, visto que o exportador de petróleo busca influenciar o comportamento de outro ator internacional através de recompensas econômicas.

O uso de recursos energéticos para o *statecraft* econômico, em geral, se baseia na manipulação por parte de países exportadores desses insumos da necessidade fundamental da segurança energética (Dalgaard, 2017). Este termo se refere à garantia do acesso aos recursos energéticos necessários para o desenvolvimento do poderio nacional (Kalicki; Goldwyn, 2005), alcançado através do suprimento energético confiável e a preços acessíveis no caso de países consumidores, ou na demanda confiável e a preços sustentáveis no caso dos produtores

(Goldthau, 2010). Para os EUA, por exemplo, segurança energética se refere ao fornecimento acessível, confiável, diverso e amplo de recursos energéticos para a nação, seus aliados e parceiros (Kalicki; Goldwyn, 2005). Um dos meios mais frequentemente apontados para garantir a segurança energética se refere é a busca pela independência energética, isto é, nas palavras do presidente Richard Nixon, satisfazer as necessidades energéticas nacionais sem depender de qualquer fornecedor externo (Nivola; Carter, 2010), o que em tese protegeria o país de tentativas de influência estrangeira através do *statecraft* com recursos energéticos.

2.2 TEORIA CONDICIONALISTA DO *STATECRAFT* ECONÔMICO

O livro de Blanchard e Ripsman (2013) servirá como a base teórica do trabalho, que utilizará o *framework* desenvolvido por esses autores para explicar as condições que levam ao sucesso ou falha do uso do *statecraft* econômico. Sucesso aqui é definido como uma situação em que a os incentivos econômicos contribuíram de forma significativa para mudar o comportamento do Estado alvo de modo a atingir vários dos objetivos do remetente. Os autores se consideram parte da corrente teórica condicionalista, a qual defende que os custos ou benefícios associados com o *statecraft* econômico só surtem efeitos significativos no país alvo sobre condições políticas específicas, ou seja, sua efetividade depende do meio político internacional e doméstico na qual são utilizadas. Nesse sentido, eles defendem uma maior atenção aos fatores domésticos do país alvo, visto que a tentativa de influência econômica normalmente acontece ao gerar pressão dentre grupos políticos nacionais. Apesar disso, os autores argumentam que é preciso também considerar as condições internacionais, visto que a liderança do país alvo também terá que levar em consideração os limites e oportunidades na esfera internacional, como os efeitos no poder nacional, prestígio, soberania e segurança que sua decisão terá.

A teoria empregada por Blanchard e Ripsman (2013) segue do pressuposto que o objetivo de todos os líderes políticos é sua manutenção no poder, de modo que eles necessitam manter grupos domésticos sob seu controle, seja através da coerção ou do consentimento, assim como se manter protegidos de ameaças externas. Dessa forma, quando a liderança de um país se encontra como alvo de uma tentativa de influência de suas decisões através de *statecraft* econômico, sua decisão de consentir ou não com essas demandas será pautada pelos custos e oportunidades domésticas e internacionais que podem vir a afetar sua posição de poder. Portanto:

Se eles mesmos não forem persuadidos da necessidade de conceder, os tomadores de decisão confrontados com uma tentativa de influência econômica irão se concentrar na forma como as decisões sobre a concessão afetarão as suas chances de reeleição, o seu apoio entre os principais grupos eleitorais ou o poder dos grupos da oposição. Também considerarão se a utilização da política econômica pelo remetente tem implicações adversas para a segurança nacional ou ramificações negativas para objetivos mais amplos da política externa do seu país (BLANCHARD, RIPSAN, 2013, s.p., tradução nossa).

No campo internacional, Blanchard e Ripsman (2013) argumentam que a efetividade do *statecraft* econômico depende do grau de ameaça aos interesses estratégicos (TSI) provenientes dessa tentativa de influência. Ou seja, espera-se que os líderes políticos comparem as consequências estratégicas esperadas de se aceitar ou não as demandas recebidas, tais como a perda de acesso a recursos essenciais para a segurança, a possibilidade de se projetar uma percepção de fraqueza ou falta de compromisso, assim como a alienação de aliados. Paralelamente, eles também consideraram as oportunidades abertas pela concessão, como a manutenção de uma aliança com o país que praticou o *statecraft* econômico, o que pode aumentar a possibilidade de sucesso da tentativa de influência.

Já na esfera doméstica, os autores argumentam que a efetividade do *statecraft* econômico dependerá da natureza das relações Estado-Sociedade dentro do país alvo. O impacto da tentativa de influência não depende tanto dos custos econômicos agregados que ela traz, mas do efeito que ela tem em grupos de interesse domésticos. Dessa forma, é preciso entender não só quais grupos são afetados e como, mas também se esses grupos possuem acesso ao Estado e se o governo tem a capacidade de ignorar ou alterar seus interesses, o que varia de acordo com a natureza do país alvo e de suas instituições políticas. Essa natureza das relações Estado-sociedade é denominada pelos autores de “*stateness*”, e é composta por 3 dimensões: autonomia, capacidade e legitimidade (Blanchard; Ripsman, 2013).

A autonomia da tomada de decisões se refere à habilidade do líder político de executar políticas mesmo enfrentando oposição interna, sendo fruto das instituições, procedimentos e normas que formam o processo de tomada de decisão em determinado país e definem que atores têm o poder de contribuir na formulação de políticas e qual o grau de influência que eles possuem nesse processo. Assim, líderes políticos operando em um ambiente de alta autonomia são mais capazes de perseguir suas preferências mesmo enfrentando uma forte oposição doméstica, visto que esses grupos de oposição não possuem grande influência no processo de tomada de decisão. Portanto, a autonomia de um Estado traz informações importantes sobre a

efetividade do *statecraft* econômico, visto que ela define a capacidade das elites políticas locais de responder a estímulos externos da maneira que desejam (Blanchard; Ripsman, 2013).

O segundo componente do *stateness* trazido por Blanchard e Ripsman (2013) é o da capacidade estatal, que se trata da gama de recursos disponíveis ao Estado que podem ser utilizados para cooptar ou coagir grupos de pressão frente a uma tentativa de *statecraft* econômico. A capacidade interfere na efetividade do *statecraft* econômico quando ela possibilita o governo do país alvo a modificar o impacto político da tentativa de influência, dando-o a capacidade de silenciar ou compensar os grupos locais que são afetados negativamente pela decisão tomada pela liderança. Dessa forma, o nível de capacidade estatal depende da posse por parte do governo de recursos financeiros e estratégicos, uma burocracia adequada e meios de coerção efetivos.

A última dimensão do *stateness* é a da legitimidade, a qual se refere ao grau que grupos domésticos reconhecem o direito da liderança de governar, respeitam a sua autoridade e aceitam suas decisões. Ela afeta a habilidade dos líderes políticos em trabalhar com grupos da sociedade de modo a resistir a tentativas de influência externa, de modo que Estados altamente legítimos conseguem convencer, ao invés de coagir ou subornar, esses grupos a aceitar perdas econômicas em benefício do interesse do Estado. Dessa forma, o *stateness* determina a capacidade de um país em lidar com tentativas de influência econômica externas através de políticas domésticas, já que ele permite modificar a magnitude da pressão política que a sociedade consegue aplicar na tomada de decisão (Blanchard; Ripsman, 2013).

Colocadas essas variáveis internacionais e domésticas, Blanchard e Ripsman (2013) vão desenvolver sua teoria em que, uma vez que a tentativa de *statecraft* econômica acontece, a liderança do país alvo recebe um determinado estímulo econômico. Esse estímulo não será avaliado de acordo com os custos ou benefícios econômicos pelo governo alvo, ele irá realizar cálculos sobre as consequências políticas internacionais e domésticas associadas a esses sinais econômicos. Na esfera internacional essas consequências dependerão dos custos e oportunidades provenientes da concessão ou não às demandas, enquanto a magnitude dos custos domésticos dependerá se grupos de interesse são cooptados pelos efeitos do *statecraft* econômico e se o governo possui *stateness* suficiente para resistir a essas pressões. Portanto, o estímulo econômico que o estado alvo recebe é mediado por fatores internacionais e domésticos, resultando em um estímulo político que pautará o comportamento do governo, de forma que a efetividade do *statecraft* econômico depende desses fatores mediadores.

Assim, segundo a teoria condicionalista doméstica de Blanchard e Ripsman (2013), a capacidade de um Estado (EUA) de resistir ao *statecraft* econômico de outro (Arábia Saudita)

depende dos custos políticos internacionais provenientes de conceder ou não a esse estímulo (TSI) e da capacidade de resistência do governo local a pressões domésticas causadas pelo *statecraft* (*stateness*). Dessa forma, será realizada uma análise tanto da TSI quanto do *stateness* dos EUA durante as administrações Bush e Obama em relação aos estímulos econômicos sauditas provenientes do petróleo, de modo a comparar as duas e atestar se houve mudanças significativas nessas variáveis por conta da revolução do xisto. Na próxima seção será explicada a metodologia utilizada para avaliar a TSI e o *stateness* em determinada tentativa de *statecraft*.

2.3 METODOLOGIA

De forma a avaliar o grau de ameaça aos interesses estratégicos do país alvo que resulta da concessão (TSI-C) ou não (TSI-N) ao *statecraft* econômico, assim como o grau de *stateness* desse Estado, utilizaremos o ferramental introduzido por Blanchard e Ripsman (2013). Devido à complexidade envolvida na avaliação dessas variáveis, os autores optaram por realizar julgamentos qualitativos baseadas em um conjunto de perguntas guia aplicadas uniformemente em cada caso. No caso da TSI-C, será feita uma avaliação do grau que a escolha de conceder às demandas do *statecraft* econômico prejudica interesses estratégicos do país alvo, feita através das seguintes perguntas guia elaboradas por Blanchard e Ripsman (2013, s.p., tradução nossa):

- 1) O cumprimento das exigências do país remetente afetaria a soberania, a independência ou a integridade territorial do Estado alvo? Se sim, até que ponto? 2) O cumprimento das exigências do remetente prejudicaria a capacidade do Estado alvo de se proteger de uma ameaça geoestratégica ou criaria novas ameaças? Se sim, até que ponto? 3) O cumprimento das exigências do remetente prejudicaria a reputação do Estado-alvo com seus aliados ou sua posição internacional? Se sim, até que ponto?

Se a resposta de todas as perguntas for negativa, o TSI- C será classificado como baixo. Se a resposta a qualquer uma dessas perguntas for afirmativa, serão consideradas outros três questionamentos para se avaliar a seriedade da ameaça através da problematização do ambiente de segurança do alvo, a gravidade do seu dilema de segurança e o estado atual de sua reputação internacional (BLANCHARD, RIPS MAN, 2013, s.p., tradução nossa):

- 1) O estado-alvo enfrenta alguma ameaça existencial à segurança? 2) Ele está envolvido em uma rivalidade duradoura? 3) O Estado tem uma reputação que precisa ser reparada ou defendida vigorosamente?

A partir dessas perguntas, será possível fazer um julgamento qualitativo sobre a magnitude da ameaça relacionada à concessão, que poderá ser avaliada como moderada ou alta. Já a avaliação do TSI-N envolve expectativas de que a concessão contínua por parte do país alvo possa levar a punições políticas que afetem seus interesses vitais, feita através das seguintes perguntas guia elaboradas por Blanchard e Ripsman (2013, s.p., tradução nossa):

- 1) O não cumprimento das exigências do remetente levaria a sanções políticas ou militares compostas desse país e de seus aliados as quais ameaçariam a soberania, a independência, a integridade territorial ou a segurança nacional do Estado alvo? 2) A não conformidade com as exigências do remetente serviria para alienar outros estados ou instituições internacionais e, portanto, levaria ao isolamento diplomático? 3) A não conformidade com as preferências do remetente prejudicaria o prestígio ou a reputação do alvo? 4) O não cumprimento interfere na capacidade do país alvo de atingir outros objetivos militares ou políticos importantes?

Se a resposta de todas as perguntas for negativa, a TSI-N será classificado como baixa. Se a resposta a qualquer uma dessas perguntas for afirmativa, serão consideradas as mesmas três perguntas realizadas para a avaliação da TSI-C de forma a avaliar a seriedade da ameaça e julgá-la qualitativamente como moderada ou alta. Após a avaliação do grau da TSI-C e TSI-N, as classificações de baixa, moderada e alta serão traduzidas como os números 1, 2 e 3, respectivamente. Em seguida a classificação numérica da TSI-C será subtraída da TSI-N, nos dando medida numérica da TSI. Dessa forma, a TSI poderá ser positiva-alta (+2), positiva-baixa (+1), neutra (0), negativa-baixa (-1) e negativa-alta (-2), em que um número negativo significa maiores perdas estratégicas provenientes da não-concessão se comparadas à concessão (Blanchard; Ripsman, 2013).

O *stateness*, similarmente, consiste em um amálgama de variáveis que não são facilmente quantificáveis, de modo que sua avaliação será feita através de julgamentos qualitativos auxiliados por perguntas-guia, as quais serão aplicadas em cada componente do *stateness* e agregadas ao final da análise. Primeiramente, será avaliada o grau de autonomia da tomada de decisão frente a grupos de pressão doméstica, tendo como guia as seguintes perguntas (BLANCHARD, RIPSMAN, 2013, s.p., tradução nossa):

- 1) Há separação ou concentração de poder? (ou seja, o executivo/líder domina ou o legislativo, o exército ou algum outro ator possui poder de veto sobre a política externa?) 2) O executivo é um ator unitário ou é uma coalizão de partidos, forças sociais ou grupos de interesse? 3) Diferentes partidos/facções controlam diferentes instituições do governo? 4) Nos sistemas democráticos, o governo conta com o apoio de uma forte maioria no legislativo? 5) Os procedimentos políticos existentes

facilitam a ação autônoma do executivo/líder? (Ou seja, há disciplina partidária? Os principais atores costumam se submeter ao executivo/líder em assuntos externos?) 6) Quais são as normas vigentes sobre a condução da política externa? Elas incentivam a independência do executivo/líder nas relações exteriores ou a restrição do executivo/líder?

Baseada nas respostas encontradas para estas perguntas, a autonomia do Estado será classificada em alta, moderada ou baixa de acordo com a capacidade de atores fora do executivo de interferir no planejamento e execução da política externa. A próxima dimensão do *stateness* é a da capacidade, que consiste na habilidade do Estado em cooptar seus oponentes com recompensas econômicas e na sua capacidade de coagi-los com seu aparelho securitário. Para se avaliar a capacidade econômica, de cooptar seus oponentes, serão utilizadas as seguintes perguntas guia (BLANCHARD, RIPSAN, 2013, s.p., tradução nossa):

1) Quanto dinheiro o governo tem à sua disposição? (Qual é seu orçamento nacional? Seu volume de impostos?) 2) Qual é a sua capacidade tributária excedente? 3) A que outros recursos domésticos não tributários ele tem acesso? 4) O governo pode recorrer a mercados de capital internacionais ou instituições de empréstimo? Qual é a classificação de risco? Ele tem acesso à ajuda externa? 5) O governo tem acesso a instrumentos e redes de políticas que podem facilitar a coerção, a cooptação e as contramedidas? 6) Qual é o grau de concentração da formulação de políticas econômicas na burocracia?

Dependendo do grau que possui e tem acesso a recursos financeiros, o Estado terá sua capacidade econômica avaliada como alta, moderada ou baixa. Já para a avaliação da capacidade coercitiva estatal, serão considerados as ferramentas coercitivas disponíveis ao governo através das perguntas guia (BLANCHARD, RIPSAN, 2013, s.p., tradução nossa):

1) Qual é o tamanho da polícia em relação à população/território do estado? 2) Qual é o tamanho da capacidade militar utilizável (não necessária para outros fins) em relação à população/território do estado? 3) Até que ponto o aparato de inteligência penetra na sociedade?

Através das respostas obtidas, será avaliado o poder do Estado em penetrar e controlar forças sociais, de modo que sua capacidade coercitiva será classificada como alta, moderada ou baixa. Por fim, de modo a se chegar à capacidade geral do Estado, as classificações baixa, moderada e alta obtidas nas duas variáveis anteriores serão traduzidas nos números 0, 1 e 2, respectivamente. Será feita então uma média ponderada dos valores numéricos das duas variáveis, com aquela que teve uma maior classificação tendo sua pontuação multiplicada por 2, somada à pontuação da variável menor e dividindo o resultado por 3. A classificação

numérica final será então convertida de volta à sua contraparte qualitativa, enquanto resultados como 0,5 e 1,5 serão chamados de moderada-baixa e moderada-alta, respectivamente.

Em terceiro lugar, a legitimidade será avaliada de modo a estimar o grau que a sociedade respeita a autoridade do regime e seu direito de governar, sendo sua análise guiada pelas perguntas (BLANCHARD, RIPSAN, 2013, s.p., tradução nossa):

- 1) Existe dissidência violenta sistemática ou em grande escala, como protestos violentos ou tentativas de assassinato?
- 2) Existe emigração extraordinariamente grande?
- 3) O estado conta com repressão sistemática?
- 4) Existem indicadores de opinião pública (de pesquisas de opinião pública ou da imprensa) de que um segmento significativo da população vê o regime como ilegítimo?
- 5) Existem indicadores de opinião pública (de pesquisas de opinião pública ou da imprensa) que um segmento significativo da população vê o governo/líder como ilegítimo?
- 6) Alguma região ou segmento da população possui o desejo de declarar independência do regime?

Se a resposta para alguma das perguntas 1-3 for afirmativa, o regime será considerado como tendo baixa legitimidade. Caso haja uma resposta positiva para a questão 4, se a parcela da população que duvida da legitimidade do regime for majoritária, a legitimidade será considerada baixa, mas se essa parcela for significativa, mas diminuta, a classificação será moderada. Se a resposta para a pergunta 4 for negativa enquanto a da pergunta 5 é afirmativa, conclui-se que a legitimidade do regime é moderada se a reprovação for esmagadora (mais de 2/3), caso contrário a legitimidade será considerada alta. Por conta da inexistência de um movimento separatista influente durante o período (Arrarás; Power, 2007), a pergunta 6 não será discutida na pesquisa.

Para agregar esses 3 componentes em uma única classificação de *stateness*, todas as classificações anteriores serão convertidas aos valores numéricos 0 (baixa), 1 (moderada) e 2 (alta) e somadas, resultando no nível agregado de *stateness*. Este poderá ser baixo (0-2), moderado (3), alto (4) ou muito alto (5 ou mais). Dessa forma, ao final teremos um nível de TSI, que nos dirá se o Estado é mais propenso a conceder ou não às demandas por conta dos custos políticos, assim como o nível do *stateness*, que nos revela a capacidade da liderança de ignorar esses custos de modo a impor sua vontade própria. Compararemos os resultados obtidos para o governo Bush e Obama de modo a averiguar se a revolução do xisto teve algum impacto nestes fatores. De forma a embasar e aplicar os resultados dessa pesquisa qualitativa, realizaremos também uma pesquisa bibliográfica descritiva com relação à história da parceria securitária entre EUA e Arábia Saudita até 2016 e a política externa do governo Obama para o

Oriente Médio. Ao longo do trabalho utilizamos principalmente fontes secundárias, com fontes primárias sendo empregadas quando disponíveis.

3 HISTÓRICO DA RELAÇÃO EUA-ARÁBIA SAUDITA (1931-2008)

No seguinte capítulo será feita uma recapitulação histórica das relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita desde a independência desta em 1931 até o fim da presidência Bush em 2008, formando o contexto para a diplomacia entre esses países durante a presidência de Barack Obama. Ao longo da seção buscou-se trazer os principais episódios que moldaram a parceria entre os Estados e que levaram até a forma que ela se encontrava ao início do governo Obama. Também foram destacados os principais fatores que levaram à aproximação ou distanciamento dos países ao longo do tempo, assim como os principais interesses que motivaram esses movimentos diplomáticos.

3.1 INÍCIO DA RELAÇÃO (1931-1945)

As relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos tiveram seu início em 1931, quando o governo estadunidense reconheceu a independência do reino saudita, porém o contato entre os dois países permaneceu limitado. Neste período inicial, os avanços mais significativos se deram pela ação da sociedade civil dos EUA, cujos empresários demonstraram interesse em explorar o potencial petrolífero do país árabe. Dessa forma, em 1933, representantes da *Standard Oil of California* (Socal), negociaram um contrato para a exploração de petróleo por 60 anos na região de Hasa, na costa do Golfo Pérsico, o qual mais tarde daria início à Aramco, a *American Arabian Oil Company* (Pollack, 2002).

Um dos principais motivos da monarquia saudita conferir os direitos à exploração do petróleo a uma empresa estadunidense, ao invés de suas rivais europeias, foi por conta do receio de que concessões ao Reino Unido ou à França levariam a tentativas destes países em ganhar controle político sobre o país (Riedel, 2018). Assim, o Rei saudita Abd al-Aziz Ibn Saud preferiu um contrato com os EUA, citando, para justificar essa decisão, o respeito deste Estado com os países Árabes e seu menor interesse em expandir sua esfera imperial. Apesar disso, ainda assim foi inserida no contrato com a Socal uma cláusula anti-imperial, que rejeita explicitamente qualquer tentativa da empresa em tentar influenciar assuntos domésticos sauditas (Pollack, 2002).

Nesse contexto, quando o presidente dos EUA Franklin Delano Roosevelt se encontrou com Abd al-Aziz em 1945, nos meses finais da Segunda Guerra Mundial, o petróleo estava no topo da agenda de ambos os chefes de Estado. Roosevelt tinha em mente a criação da nova ordem mundial que seria formada após o fim do conflito, o que só poderia ser feito com recursos

econômicos e militares suficientes, e reservas vastas de petróleo para sustentá-los (Riedel, 2018). Assim, dentre os principais objetivos dos EUA para a parceria estava assegurar reservas de petróleo para o futuro, considerando o fato da produção de petróleo estadunidense ter sido superada pela demanda durante a guerra e a Arábia Saudita já possuir algumas das maiores reservas comprovadas na época. Já o monarca saudita encontrava-se em uma situação precária, com seu país economicamente fragilizado pela crise de 1929 e com o conflito global, ao mesmo tempo que profundamente inseguro, vindo com desconfiança tanto de seus vizinhos árabes quanto os impérios europeus (Anderson, 2014).

Dessa forma, Roosevelt e Ibn Saud firmaram uma parceria com o objetivo de garantir a estabilidade do Oriente Médio no período pós-guerra, em que os EUA se responsabilizaram pela garantia da segurança da Arábia Saudita, enquanto estes se comprometeram a liberar o acesso aos seus recursos energéticos. Com isso, os Estados Unidos também adquiriram o direito de usar a base aérea saudita de Dharein, empresas petrolíferas dos EUA continuaram a operar dentro do Reino e deu-se início ao auxílio militar estadunidense à Arábia Saudita. Portanto, desde sua concepção, a aliança entre EUA e Arábia Saudita foi definida principalmente pelos recursos energéticos sauditas e por interesses e inimigos comuns, independente das suas diferenças culturais e de valores (Long, 2004).

No encontro entre Roosevelt e Ibn Saud, também foi abordado um dos principais temas que no futuro trariam atritos entre EUA e Arábia Saudita: o Estado de Israel. Nessa ocasião, o presidente estadunidense se comprometeu a não tomar nenhuma decisão hostil aos países árabes e consultá-los sobre o futuro do território do Mandato Britânico da Palestina (Long, 2004). Porém, essa promessa acabou não sendo mantida por seu sucessor, Harry Truman, que apoiou a criação de Israel mesmo sem o consentimento de seus aliados Árabes, visto que ele acreditava que os sauditas precisavam mais dos EUA do que o contrário, e portanto não poderiam tomar nenhuma ação contra a decisão do país (Riedel, 2018).

Apesar desse episódio, que foi interpretado como uma grande traição dos EUA por importantes figuras sauditas como o futuro rei Faisal, a Arábia Saudita se manteve próxima ao país durante a Guerra Fria (Bronson, 2006). Esse alinhamento se deu por conta da monarquia considerar os Estados Unidos como a única opção capaz de garantir sua segurança contra o comunismo, o imperialismo europeu, os nacionalistas árabes revolucionários e outras ameaças regionais (Riedel, 2018). Contudo, no início desse período também se verificaram alguns atritos entre as duas nações, em grande parte por conta da aproximação dos EUA com países que os sauditas consideravam como adversários, como o Reino Unido, Jordânia, Iraque e Egito (Pollack, 2002).

3.2 PÓS-GUERRA E O COMEÇO DA GUERRA FRIA (1946-1967)

Com o início da Guerra Fria, a relação entre EUA e Arábia Saudita foi aprofundada, visto que o governo estadunidense passou a enxergar a nação Árabe como uma peça central na aliança antissoviética e na luta contra o comunismo no Oriente Médio (Anderson, 2018). A parceria securitária com os EUA seria confirmada e evoluída ao longo dos anos 1950, quando foram firmados acordos para um programa de treinamento militar de cinco anos para o exército saudita, assim como a renovação da concessão da base aérea de Dhahran (Bronson, 2006). A presença militar estadunidense direta nesta base, assim como o acordo securitário como um todo, apesar de benéfica pela capacidade de dissuasão, também causava um problema de imagem para a casa de Saud, já que era vista negativamente pelas autoridades religiosas ultraconservadoras e servia como uma arma de propaganda para inimigos internos e externos. Portanto, o comprometimento saudita com as relações securitárias junto aos Estados Unidos variou com o tempo, buscando laços mais próximos quando se viam ameaçados e se afastando quando acreditavam que a relação seria muito custosa (Pollack, 2002).

Nesse sentido, após a subida ao poder do regime de Nasser no Egito, sua unificação com a Síria e a revolução nacionalista no Iraque, o nacionalismo árabe se tornou muito influente para ser ignorado. Assim, em 1961, sob pressão do discurso antiamericano dos nacionalistas árabes, a monarquia decidiu não renovar o acordo da base aérea de Dhahran e passou a minimizar a sua conexão com os EUA, considerando a presença dessas forças muito custosa no contexto da recente queda da monarquia iraquiana e os ataques dos nacionalistas a bases militares estrangeiras (Bronson, 2006). Essa decisão de afastamento seria revertida já em 1962, quando a revolução nacionalista no norte do Iêmen trouxe ataques ao sul do território saudita, que em resposta buscaram expandir novamente a presença de forças dos EUA dentro do país (Pollack, 2002).

Vista da perspectiva estadunidense, a percepção sobre as relações com a Arábia Saudita também variou com o tempo, neste caso dependendo da compatibilidade entre os interesses securitários sauditas e a estratégia regional ou global para a contenção da influência soviética que cada gestão presidência adotava em determinado momento (Pollack, 2002). Por exemplo, com a eleição de John F. Kennedy em 1961, o novo governo estadunidense abandonou a estratégia de Eisenhower de opor qualquer movimento nacionalista no Oriente Médio, visto que a nova administração observava que essa ideologia ganhava cada vez mais influência na região e que esses governos não eram necessariamente alinhados ao bloco socialista (Bronson, 2006).

Por conta disso, a nova gestão tentou aproximar-se do Egito de Nasser, preferindo que o país fosse um parceiro para a estabilização da região do que um oponente no campo soviético. Essa estratégia, no entanto, era incompatível com os interesses securitários sauditas, visto que o reino se via ameaçado pelos revolucionários republicanos que derrubaram diversas monarquias na região, e acreditava-se que Nasser eventualmente apoiaria uma revolução parecida dentro da Arábia Saudita (Riedel, 2018).

Além disso, o governo estadunidense do período, após observar a série de revoluções nacionalistas na região, passou a duvidar da capacidade das monarquias tradicionais em se manter no poder, reforçando o argumento para a necessidade de uma aproximação com Nasser (Bronson, 2006). Neste contexto, o comprometimento dos EUA com a segurança saudita seria testado em 1962, quando uma revolução nacionalista teve início no Iêmen, na fronteira sul saudita, com os revolucionários sendo auxiliados pelo Egito e a União soviética, enquanto a antiga monarquia teve suporte saudita, britânico e israelense. A tática adotada pela gestão Kennedy seria de tentar uma conciliação através do diálogo com Nasser, o que acabou não gerando resultados (Riedel, 2018).

Em suma, a estratégia de Kennedy para a região era baseada na sua percepção de que as monarquias tradicionais não eram confiáveis e estáveis o suficiente para sustentar a influência dos EUA na região, de modo que o presidente se recusou diversas vezes a apoiar militarmente a Arábia Saudita antes do reino realizar reformas políticas e econômicas. Kennedy preferia acreditar no potencial de trazer o Egito como seu principal aliado regional, o que acabou alienando os sauditas, que desconfiavam que Nasser e os nacionalistas eventualmente apoiariam uma revolução contra a casa de Saud (Bronson, 2006). Portanto, as relações securitárias entre EUA e Arábia Saudita sofreram um distanciamento, visto que a estratégia geopolítica estadunidense para a região não se alinhava com os interesses da monarquia. Esse tipo de desconcerto por conta das decisões estratégicas estadunidenses trariam dúvidas dentro da Arábia Saudita quanto à confiabilidade dos EUA para a garantia da segurança do reino (Pollack, 2002).

Apesar dos atritos, a aliança entre esses dois países se mostrou demasiada importante para ser abandonada. Dessa forma, por parte dos Estados Unidos, mesmo não apoiando diretamente os monarquistas no Iêmen, a administração Kennedy se comprometeu a apoiar a Arábia Saudita contra suas ameaças internas e externas. Em contrapartida, o presidente estadunidense pressionou o rei saudita Faisal para fazer reformas no Reino, de modo a evitar que o país tenha os mesmos problemas internos que derrubaram as monarquias no Iraque, Iêmen e Egito, pedido que foi acatado pelo monarca (Riedel, 2018). Eventualmente, o governo

estadunidense se frustrou com os contínuos ataques do Egito e seus aliados ao território saudita mesmo com sua tentativa de diálogo, fazendo com que os EUA enviassem no final de 1962 aviões de combate para o país, efetivamente encerrando também suas pressões por reformas na Arábia Saudita (Bronson, 2006) .

Após o assassinato de Kennedy e a transferência da presidência para Lyndon Johnson, a dinâmica da relação entre EUA e Arábia saudita novamente foi transformada. Em primeiro lugar, ao contrário de seu sucessor, Johnson não era tão entusiástico quanto à tentativa de estabelecer uma parceria com Nasser, de modo que o diálogo com o Egito deixou de ser uma prioridade em sua gestão. Além disso, dentro da Arábia Saudita, fatores como a consolidação de Faisal no poder, o sucesso de suas reformas e o crescimento da renda advinda do petróleo ajudaram a afastar a percepção no governo estadunidense de que a monarquia saudita era um regime potencialmente instável e não confiável. Finalmente, após a derrota do Egito na guerra com Israel em 1967, Nasser e Faisal iniciaram uma reaproximação entre os países, marcando o fim da sua rivalidade e, conseqüentemente, eliminando uma das principais ameaças para a segurança saudita (Riedel, 2018).

3.3 NASCIMENTO DA ARMA DO PETRÓLEO (1968-1973)

Ao mesmo tempo em que a guerra de 1967 removeu o Egito como principal preocupação do regime saudita, o conflito também transformaria Israel no maior desafio securitário na percepção de Faisal (Riedel, 2018), além de aumentar a pressão sob a monarquia por conta de sua relação com os EUA (Pollack, 2002). O resultado imediato dessa pressão foi o embargo da exportação de petróleo para os Estados Unidos e Reino Unido, capitaneado pelos países árabes, inclusive a Arábia Saudita, para punir estes países pelo suporte militar a Israel em 1967. Esse episódio também representou o primeiro uso da arma do petróleo pelo regime saudita. O embargo acabou não surtindo muito efeito na economia estadunidense, visto que o país ainda não era um grande importador do insumo, porém abalou significativamente a balança de pagamentos britânica (Daoudi; Dajani, 1984). A ação dos países árabes serviu de confirmação para ao Reino Unido de que sua presença militar no Golfo Pérsico já não servia mais seus interesses políticos e econômicos, de modo que optaram por retirar todas as suas forças militares do Oriente Médio em 1971 (Thorpe, 2007).

Apesar das incertezas trazidas com o anúncio do embargo, seus efeitos não tiveram a dimensão esperada. Neste momento da história, o mercado internacional de petróleo se encontrava saturado no lado da oferta (Shaffer, 2009), de modo que o principal desafio criado

por essa ação foi de natureza logística, com o fluxo de petróleo de países não envolvidos no embargo tendo que ser redirecionado para as nações sancionadas. Nesse contexto, também foi de suma importância a capacidade ociosa de produção que os EUA possuíam, fatores que possibilitaram frustrar o embargo seletivo dos países árabes (Yergin, 2008). Apesar da falha em alcançar seus objetivos econômicos, é possível argumentar em retrospectiva que a principal contribuição do embargo de 1967 foi o esboço da utilização da arma do petróleo, que permitiu aos países exportadores de petróleo observar as dificuldades que precisavam ser superadas em futuros embargos e criou um precedente de que o petróleo poderia ser usado como ferramenta de pressão política (Daoudi; Dajani, 1984). Além disso, a diferença do impacto entre EUA e Reino Unido favorece o argumento de Blanchard e Ripsman (2013) de que fatores domésticos do país alvo do *statecraft* econômico influenciam significativamente sua efetividade, que no caso resultou em maiores custos políticos para o governo britânico.

Com o início da gestão Nixon, o foco da política externa estadunidense estava fora do Oriente Médio, visto que seu governo acreditava que após a vitória de israelense em 1967 o ocidente possuía a melhor posição na região (Riedel, 2018). Apesar disso, a retirada do Reino Unido do Golfo Pérsico forçou uma modificação da inserção regional estadunidense, contexto em que foi criada a estratégia dos “pilares gêmeos”, em que foi delegada a tarefa de manter a ordem e estabilidade no Oriente Médio para a Arábia Saudita e o Irã, as duas potências locais apoiadas pelos Estados Unidos (Bronson, 2006). O Irã acabou sendo o principal eixo dessa doutrina, já que o Xá demonstrava mais interesse em projetar seu poder na região (Yergin, 2008), enquanto o foco saudita estava no conflito árabe-israelense (Riedel, 2018).

Nesse sentido, Faisal tentou por diversas vezes convencer a administração Nixon a mudar sua política para este conflito, argumentando que as ações de Israel favoreciam a propagação da influência socialista na região. Para sustentar suas demandas, o monarca saudita, meses antes do início da guerra do Yom Kippur, já havia enviado avisos ao governo estadunidense de que usaria a arma do petróleo caso o país não agisse de modo a alcançar uma resolução para o conflito (Bronson, 2006). Esses avisos acabaram sendo ignorados, resultando que em 1973, quando os EUA enviaram bilhões de dólares em auxílio militar a Israel em resposta ao ataque pelos países Árabes, a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), incluindo a Arábia Saudita, interromperam todas as exportações do insumo para os Estados Unidos e outros aliados israelenses, ao mesmo tempo que efetuaram um corte de 5% da produção de petróleo, prometendo continuar reduzindo o volume produzido a cada mês que as forças israelenses não deixassem o território ocupado desde a guerra de 1967 (Riedel, 2018).

Antes de 1973, o uso político do petróleo não era visto positivamente por Faisal, que após o fracasso do embargo de 1967 via essa estratégia como perigosa para o futuro do Reino Saudita, visto que ela ameaçava a segurança econômica do país, reduzindo a importante renda do petróleo, assim como a segurança política dele, já que a boa relação com os EUA era essencial para a monarquia. Porém, como início da década de 1970, os Estados Unidos ficaram progressivamente mais dependentes das importações de petróleo, ao mesmo tempo que a Arábia Saudita havia aumentado consideravelmente seu poder no mercado internacional do insumo, possuindo pouco mais de um quinto de toda sua exportação em 1973, de forma que o uso da arma do petróleo se tornara possivelmente mais efetivo do que antes. Ao mesmo tempo, Sadat, sucessor de Nasser, passou a buscar um distanciamento do socialismo soviético e um maior foco no nacionalismo egípcio ao invés do pan-arabismo, fazendo com que Faisal temesse que, caso os sauditas não dessem um suporte adequado aos egípcios, o país retornaria à esfera de influência soviética (Yergin, 2008).

Portanto, tanto uma racionalidade econômica quanto política fizeram com que a Arábia Saudita viesse a apoiar o embargo contra os EUA caso a continuidade de seu apoio a Israel. Porém, os sauditas ainda assim buscaram amenizar as vozes mais radicais dentro da coalizão árabe, visto que eles não desejavam que a política viesse a prejudicar sua relação no longo prazo com os EUA e outros países consumidores, ou desencorajar o uso do petróleo (Goldthau; Witte, 2011). Essa estratégia é explicada pelo fato da Arábia Saudita possuir uma das maiores reservas de petróleo do mundo, possibilitando o país a ter os recursos para continuar no mercado por diversas décadas, enquanto países com menores reservas como a Líbia e o Irã são mais beneficiados por táticas que maximizam suas rendas no curto prazo (Yergin, 2008).

Ao contrário do que ocorreu em 1967, o embargo de 1973 teve sucesso em desestabilizar o mercado internacional de petróleo, visto que este era um momento de escassez do produto (Shaffer, 2009), ao mesmo tempo que os países da OPAEP possuíam uma parcela maior do mercado de exportações (Goldthau; Witte, 2011). Essa falta de oferta de petróleo foi causada em grande parte pela diminuição da capacidade ociosa de produção petrolífera dos EUA, cuja indústria sofria de baixo investimento por conta dos baixos preços do insumo durante a década de 1960 (Shaffer, 2009). Com isso, também desapareceu a “margem de segurança” que o mundo ocidental dependia em casos de interrupções na oferta de petróleo, a qual foi essencial para o fracasso do embargo de 1967 (Yergin, 2008).

Além disso, havia uma maior pressão pelo lado da demanda, que há décadas crescia continuamente para sustentar o crescimento da economia global. No início da década de 1970, a demanda estava muito mais próxima do nível de oferta disponível, criando uma pressão para

o aumento dos preços, e este consumo adicional era suprido principalmente por países do Norte da África e do Oriente Médio. Neste período, até mesmo os EUA, que anteriormente mantinham uma capacidade ociosa de produção de petróleo, passaram a produzir em máxima capacidade e tiveram que importar mais do insumo, com seu consumo de petróleo importado aumentando de 19% para 36% entre 1967 e 1973 (Yergin, 2008).

Dessa forma, o contexto do mercado internacional de petróleo foi o que permitiu com que a declaração do embargo da OPAEP, somada com a incerteza causada pela guerra no Oriente Médio, quadruplicasse do preço do petróleo (Shaffer, 2009). Em seu ápice em dezembro de 1973, o embargo havia retirado 5 milhões de barris de petróleo árabe por dia dos 20,8 milhões disponíveis no mercado no início de outubro, o que descontado o aumento da produção de outras fontes resultou na perda de 9% do volume disponível antes da guerra e 14% da quantidade de petróleo no comércio internacional. Porém, estes dados só seriam revelados após o fato, de forma que durante o embargo a sua magnitude e efeitos na economia global não eram conhecidos, e portanto foram muito exagerados, amplificando suas consequências (Yergin, 2008).

Durante o embargo de 1973, a administração Nixon estava lidando com a crise causada pelo escândalo de Watergate, fazendo com que a atenção do presidente não pudesse ser direcionada totalmente ao Oriente Médio, mas ainda assim era vital para sua presidência evitar maior desgaste político por conta das consequências econômicas das sanções (Riedel, 2018). Portanto, o presidente deu a tarefa de lidar com o conflito Árabe-Israelense e o embargo ao seu secretário de Estado, Henry Kissinger. Já no final de dezembro de 1973, nem o Egito ou a Arábia Saudita desejavam a continuidade do embargo, visto que eles reconheciam que antagonizar os EUA em excesso seria prejudicial aos seus objetivos de um acordo de paz vantajoso aos países Árabes. Assim, em 1974, após a assinatura de armistícios de Israel com o Egito e a Síria, auxiliados pela mediação de Kissinger, os países árabes concordaram em acabar com os cortes de produção no dia 18 de março (Yergin, 2008).

3.4 CONSEQUÊNCIAS DO EMBARGO DE 1973

Após 1973, o mercado internacional de petróleo havia sofrido uma transformação fundamental: os países exportadores haviam assumido o papel de principal ator do mercado, antes assumido pelas empresas internacionais (Yergin, 2008). Desde a criação da OPEP em 1960 os governos estiveram em constante negociação com as companhias sediadas em seu território por maiores parcelas do lucro da venda do produto e por maior participação, isto é, a

propriedade estatal parcial desses recursos. Com a Guerra do Yom Kippur, a decisão da OPEP de aumentar unilateralmente o preço do petróleo acabou com a necessidade de negociação do assunto junto com as companhias, tornando a organização como a fixadora de preços internacional, ao mesmo tempo que iniciou uma série de nacionalizações da indústria de petróleo por parte de seus Estados membros ao longo da década de 1970 (Fattouh; Sen, 2016).

Outra consequência do embargo dos países árabes foi uma série de rupturas dentro da aliança ocidental, com alguns países como a França e o Japão, mais dependentes do petróleo do Oriente Médio que os EUA, buscando se afastar da posição estadunidense e adotar uma posição mais favorável às demandas da OPAEP (Yergin, 2008). Para evitar uma maior politização do mercado de petróleo e coordenar a resposta dos países industrializados, Washington capitaneou a criação da Agência Internacional de Energia (AIE), que serviria para organizar a resposta para uma possível próxima crise, com seus membros sendo requeridos a manter um estoque de emergência de petróleo para ser distribuído entre eles em caso de emergência (Painter, 2014). Além disso, o choque da crise do petróleo, somada a preocupações ambientais e possibilitada por avanços tecnológicos, fez com que os países industrializados tomassem medidas para diminuir sua dependência a esse insumo, por exemplo reduzindo o seu consumo através da melhoria da eficiência de seu uso, a implementação de fontes de energia alternativas como a energia nuclear e o gás natural, e a exploração de novas fontes de petróleo viabilizadas pelos altos preços (Shaffer, 2009).

Portanto, a AIE foi estabelecida pelos países consumidores de petróleo em respostas aos esforços de organização dos países produtores do insumo dentro da OPEP, como uma forma de enfraquecer o poder da arma do petróleo e o impacto de crises de oferta (Shaffer, 2009). Agora, tanto países consumidores quanto produtores de petróleo estavam organizados em blocos, acarretando em transformações nas relações políticas e econômicas internacionais (Fattouh; Sen, 2016). Uma dessas mudanças vem do fato de que os Estados membros da OPEP passariam a ter um poder significativo sobre a política externa de grande parte dos países do globo, em especial a Arábia Saudita, que agora tomava o lugar dos EUA como o *swing producer* do mercado internacional de petróleo (Yergin, 2008).

Somada a esse aumento de sua influência no sistema internacional, o aumento do preço do petróleo também resultou em uma grande transferência de renda dos países consumidores para os exportadores (Riedel, 2018). Os altos preços e o controle completo dos produtores de petróleo sobre sua cotação fizeram com que a renda combinada da venda deste produto crescesse de 23 bilhões de dólares em 1972 para 140 bilhões de dólares em 1977 (Yergin, 2008). Para a Arábia Saudita, assim como outros exportadores do Oriente Médio, essa riqueza foi

investida na compra de grandes quantidades de armamentos avançados dos países ocidentais (Pollack, 2002), os quais também incentivaram essas vendas, visto que representavam uma maneira de ganhar influência sobre os exportadores e melhorar a segurança sobre a indústria de petróleo (Yergin, 2008).

No contexto das relações entre EUA e Arábia Saudita, o episódio do embargo de 1973 demonstrou os limites da parceria entre os países. Do lado estadunidense, os próximos presidentes buscaram adotar planos de paz para o Oriente Médio de modo a evitar o escalonamento de outra crise, enquanto a monarquia saudita passou a evitar o uso da arma do petróleo, reconhecendo seu potencial impacto negativo na demanda do produto e na economia internacional. Por conta disso, a estratégia da Arábia Saudita após 1973 seria de tentar manter o preço do petróleo em um nível “intermediário”, que maximizasse a demanda e a renda do petróleo a longo prazo com foco na estabilidade (Pollack, 2002), uma posição que também era de interesse para os EUA (Yergin, 2008). Além disso, ambos os países perceberam que seria contraprodutivo e custoso antagonizar um ao outro, considerando seus interesses comuns na luta contra a influência soviética (Bronson, 2006).

3.5 REVOLUÇÃO IRANIANA, GUERRA IRÃ-IRAQUE E O COLAPSO DO PREÇO DO PETRÓLEO (1975-1986)

Como parte central da estratégia dos pilares gêmeos, na década de 1970 o Irã era uma nação essencial para os EUA no Oriente Médio, sendo visto como central na luta contra a influência soviética nessa parte do globo, assim como na manutenção da estabilidade do mercado de energia. Portanto, com a Revolução Iraniana em 1979, não só a estabilidade regional do Oriente Médio seria abalada, mas também todo o mercado internacional de petróleo. Os eventos que acabaram ocasionando no colapso da monarquia do Irã levaram à redução da produção de petróleo do país por alguns meses, o que apesar de não causar uma diminuição tão significativa na produção mundial do insumo, teve como resultado um pânico entre os consumidores que deu origem à segunda crise do petróleo (Elass; Jaffe, 2010).

Durante esta crise, enquanto a maioria dos países da OPEP se aproveitaram da oportunidade para aumentar o preço do seu petróleo, a monarquia saudita evitou aplicar taxas extras nas suas vendas, ainda seguindo a perspectiva de que ganhos de renda no curto prazo poderiam prejudicar a competitividade do petróleo árabe no longo prazo. Além disso, os sauditas, sendo os novos *swing producers* globais, também eram os únicos que possuíam a capacidade produtiva ociosa necessária para compensar o petróleo iraniano perdido e acalmar

os consumidores nos países industrializados. Assim, quando as reservas estratégicas e planos de redução de consumo de energia, ainda pouco avançados após a primeira crise do petróleo, falharam em reduzir os efeitos da nova crise, o governo Carter buscou o auxílio da Arábia Saudita, pedido que foi atendido com um aumento de produção em 1 milhão de barris diários (Yergin, 2008).

A instabilidade no Oriente Médio após a revolução iraniana foi ainda mais agravada com a invasão soviética ao Afeganistão, que parecia indicar um avanço do bloco socialista em direção ao Golfo Pérsico (Painter, 2014). Em contrapartida, a ameaça comum que a União Soviética representava para os interesses sauditas e estadunidenses na região serviu para reaproximar os dois países, cuja relação havia sido deteriorada pelo apoio dos EUA à paz separada do Egito com Israel e sua aparente inação frente à revolução no Irã (Long, 2004). Neste contexto, o presidente estadunidense iria declarar o que ficou conhecido como a doutrina Carter, em que os EUA passaram a se comprometer a combater qualquer tentativa de uma força externa em controlar o Golfo Pérsico com quaisquer meios necessários, inclusive o militar (Painter, 2014).

Em 1980, a Guerra Irã-Iraque traria mais um abalo ao mercado de petróleo, visto que o conflito inicialmente reduziu em 6% a quantidade disponível do produto no mundo, no que parecia ser o início de um terceiro choque do petróleo (Hamilton, 2013). Porém, desta vez fatores como a demanda decadente por petróleo, os grandes estoques feitos por empresas e pelos países da AIE após o segundo choque do petróleo, assim como o aumento da produção da Arábia Saudita e outros países de fora da OPEP impediram com que o preço do petróleo subisse a níveis comparáveis aos pânico anteriores. Em suma, enquanto a oferta de petróleo crescia constantemente, a sua demanda não acompanhava a tendência (Yergin, 2008). Desde 1973, novas fontes de petróleo no México, Mar do Norte e no Alaska foram viabilizadas, trazendo milhões de barris ao mercado, ao mesmo tempo que os altos preços e políticas governamentais encorajaram fontes de energia alternativas e a diminuição do consumo energético como um todo (Fattouh; Sen, 2016). Dessa forma, em 1983, ao invés de uma crise de abastecimento de petróleo, encontrava-se um superabastecimento do produto, em que de 1979 a 1983 a demanda havia diminuído em 6 milhões de barris diários, enquanto a oferta aumentou em 4 milhões de barris (Yergin, 2008).

Nesse contexto, os países da OPEP, indispostos a diminuir os preços para refletir as novas condições de mercado, decidiram diminuir a sua produção para manter a cotação do produto, dando início ao sistema de cotas de produção em 1982. Essa nova estratégia acabou se mostrando ineficaz, visto que a demanda não se recuperou e a produção de fora da OPEP

seguiu em crescimento (Favero; Faloppa, 2018). Com estas condições de mercado, a cooperação dentro da OPEP se provou difícil, com seus Estados membros, com exceção da Arábia Saudita, se utilizando de descontos não oficiais e trapaceando as cotas de produção para melhorar suas rendas individuais (Golthau; Witte, 2011).

Dentro dessa nova política da OPEP, a Arábia Saudita não foi delegada uma determinada cota de produção, mas sim o papel de *swing producer*, variando sua produção de acordo com as condições do mercado para defender o preço estabelecido pelo grupo. Contudo, a oferta crescente do petróleo e o desrespeito às cotas fizeram com que essa posição fosse altamente custosa para o país, que perdia cada vez mais sua parcela de mercado, renda e, conseqüentemente, influência internacional (Favero; Faloppa, 2018). Por conta disso, em 1985 a monarquia saudita decidiu mudar sua inserção no mercado de petróleo: o país não iria mais vender o produto sobre um preço fixo, mas sim de acordo com a cotação dada pelo mercado, não mais limitando sua produção e passando a ter como objetivo principal recuperar sua parcela de mercado (Al-Moneef, 2018). Uma vez que a Arábia Saudita adotou essa política, os outros países da OPEP fizeram o mesmo, de modo que a organização parou de ser fixadora de preços (Fattouh; Sen, 2016).

Efetivamente, o reino saudita utilizou sua capacidade ociosa para saturar o mercado de petróleo intencionalmente de forma a reduzir o preço do insumo e aumentar sua parcela de mercado, servindo como uma forma de punição para os outros membros da OPEP por não respeitar a política estabelecida anteriormente (Golthau; Witte, 2011). O resultado foi uma queda substancial do preço do petróleo, não por causa de um grande aumento da oferta global, algo que não ocorreu, mas por conta da nova estratégia dos exportadores de petróleo de baratear o produto para conquistar uma maior parte do mercado consumidor (Yergin, 2008).

Nos Estados Unidos, os efeitos da queda do preço do petróleo não foram necessariamente positivos, apesar de benéficos aos consumidores. Primeiramente, o baixo preço inviabilizou grande parte da prospecção por novos poços de petróleo no território estadunidense, já que esta atividade havia se tornado cara e arriscada (Yergin, 2008). Além disso, a nova cotação prejudicou a produção nacional dos EUA, que era uma das mais custosas do mundo, colocando em risco a renda de alguns estados do país e a própria segurança nacional. A inviabilização da produção do petróleo não só prejudicava a lucratividade e os empregos na indústria petrolífera, mas também de todas as firmas que trabalhavam junto a ela. Portanto, podemos observar que a nova estratégia saudita acabou gerando uma grande pressão no governo estadunidense através de preocupações securitárias e de importantes centros de votantes do

governo republicano da época, de modo que o presidente Reagan precisava encontrar uma maneira de responder ao colapso dos preços do petróleo (McFarland, 2018).

Com vista nesses problemas afetando o país, o vice-presidente de Reagan, George H. W. Bush, viajou em 1986 para a Arábia Saudita, onde ele sinalizou ao Reino seu desejo de um preço do petróleo estável em um nível moderado, adicionando também que caso isso não ocorresse, seria possível que a pressão doméstica forçasse que os EUA colocassem novamente tarifas sobre a importação de petróleo para proteger sua indústria local (Yergin, 2008). No ponto alcançado após o colapso dos preços, o valor do barril do petróleo era maléfico tanto para países exportadores, que perderam uma grande quantidade da sua renda nacional, assim como para os consumidores, cujas estratégias de diversificação energética eram frustradas pelo petróleo barato, o que inviabilizaria fontes alternativas e com isso trazia insegurança energética no longo prazo (Al-Moneef, 2018). Com esses pontos em consideração, a Arábia Saudita e os outros países da OPEP decidiram em pôr um fim na estratégia de parcela de mercado em 1986, de modo que a “punição” aplicada pelos sauditas aos outros produtores de petróleo proporcionou uma maior cooperação entre os países da OPEP, e alguns exportadores de fora dela, para restabelecer as cotas de produção e retornar o preço do petróleo a um nível mais alto (Yergin, 2008).

3.6 GUERRA DO GOLFO (1987-1991)

A queda do preço do petróleo também trouxe problemas para o líder do Iraque, Saddam Hussein, que após o fim de sua guerra contra o Irã sem uma vitória clara, encontrava-se em uma situação econômica preocupante. Durante o conflito, o Iraque recebeu grandes quantidades de empréstimos das monarquias do golfo, mas a renda do petróleo, principal fonte de riqueza do país, estava em declínio (Al-Marashi, 2018). Frente a esse desafio, o ditador iraquiano apontou o Kuwait como causa de seus problemas financeiros, acusando o país de produzir mais petróleo do que sua cota, prejudicando a renda do Iraque (Bronson, 2006). Além dessas considerações econômicas, Hussein também possuía a ambição de tornar o seu Estado a principal potência da região, objetivo que seria mais facilmente alcançado com a aquisição das vastas reservas de petróleo kuwaitianas, as quais impulsionariam a influência do Iraque no cenário internacional (Yergin, 2008). Nesse contexto, o Iraque iria em 2 de agosto de 1990 invadir e ocupar o Kuwait, surpreendendo tanto os países árabes quanto os EUA (Riedel, 2018).

Para o governo dos EUA, uma anexação iraquiana do Kuwait era inaceitável, visto que isso colocaria 20% das reservas globais de petróleo sob controle de um inimigo do país (Riedel,

2018). Essa situação foi agravada pelo fato da revolução iraniana já haver tornado hostil aos Estados Unidos um dos principais produtores do Golfo Pérsico, fazendo com que, se a invasão do Iraque tivesse sucesso, apenas dois dos cinco principais produtores da região seriam pró-ocidente (Yergin, 2008). Além disso, o exército iraquiano estava preocupantemente próximo da fronteira com a Arábia Saudita e seus maiores poços petrolíferos, de modo que uma segunda invasão poderia colocar a OPEP e o preço do petróleo sob controle de Hussein (Brands, 2004).

Como na época o exército do Iraque era um dos maiores do planeta, não se acreditava que os sauditas conseguiriam repelir uma invasão com seus próprios meios ou mesmo com a ajuda de outros países árabes. Assim, em 6 de agosto o rei Fahd e o presidente George H. W. Bush dariam início à operação *Desert Shield*, que enviou dezenas de milhares de tropas dos EUA para a Arábia Saudita. A presença de forças militares dentro da Arábia Saudita também era essencial no caso da necessidade de uma invasão para libertar o Kuwait, com o território saudita representando a melhor base para uma operação do gênero (Brands, 2004). Com a Arábia Saudita protegida, após a recusa de Hussein em se retirar do Kuwait, a coalizão concluiu que o uso da força seria necessário, nascendo aí a operação *Desert Storm*, que expulsou as tropas iraquianas do país. Em última instância, não foi feito um esforço para tomar Bagdá e retirar Hussein do poder, visto que se acreditava que forças internas iriam depor o regime baathista e uma invasão poderia deixar o país enfraquecido e vulnerável ao Irã (Riedel, 2018)

Em geral, o começo da Guerra do Golfo, apesar de retirar quatro milhões de barris de petróleo por dia do mercado, não causou uma crise semelhante à de 1973 e 1979. Inicialmente, a incerteza gerada pelo conflito e a interrupção abrupta da oferta causou um aumento do preço do petróleo, mas a produção perdida foi rapidamente repostada por outros exportadores, principalmente pelos sauditas, que rapidamente restauraram a oferta disponível para os níveis anteriores ao conflito (Hamilton, 2013). Além disso, as reservas estratégicas de petróleo disponíveis e a rápida derrota do exército iraquiano após a intervenção da coalizão acalmaram os consumidores, evitando o pânico que caracterizou as crises anteriores (Yergin, 2008).

A ameaça comum apresentada pelo Iraque e o sucesso da cooperação militar entre Arábia Saudita e os Estados Unidos favoreceu muito a relação entre os dois países, fazendo da administração Bush 41º um ponto alto nela (Bronson, 2006). Apesar disso, a presença de tropas ocidentais em território saudita trouxe discordâncias internas no Reino, com alguns grupos criticando a necessidade de proteção externa do país mesmo com bilhões de dólares sendo investidos em armamentos, enquanto outros criticaram a posição pró-EUA da política externa. Além disso, a vulnerabilidade externa da monarquia saudita ficou clara após a invasão do Kuwait, assim como sua dependência securitária com os EUA (Riedel, 2018)

3.7 FIM DA GUERRA FRIA E O INÍCIO DA GUERRA AO TERROR (1992-2008)

Com o fim da Guerra do Golfo, as forças militares ocidentais continuaram sua presença em bases sauditas para aplicar a zona de exclusão aérea no sul iraquiano e como parte da política de Clinton de dupla contenção do Iraque e Irã (Blanchard, 2009). Alguns setores da sociedade saudita, como mencionado anteriormente, eram opostas à presença de forças estrangeiras, não muçulmanas, no território saudita, de forma que esse foi um ponto de atrito entre Arábia Saudita e Estados Unidos no pós-Guerra do Golfo. Esse descontentamento também serviu como estopim para o nascimento de organizações terroristas opostas à monarquia saudita e seus aliados estadunidenses, como a Al-Qaeda de Bin Laden (Pollack, 2002). Além disso, a neutralização da ameaça iraquiana acabou por despriorizar os sauditas na agenda da administração Clinton, o que somado às falhas do presidente nas negociações entre Palestina e Israel e a incapacidade dos dois países em cooperar no combate ao terrorismo durante a década de 1990, resultou no deterioramento da relação entre esses Estados (Riedel, 2018)

Outro acontecimento que transformou as relações entre EUA e Arábia Saudita na época, assim como o sistema internacional como um todo, foi o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria. A ameaça soviética e o desafio de conter a influência do socialismo foram pautas que uniram as políticas externas dos dois países nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, de forma que o desaparecimento desse pilar da sua relação tinha o potencial de dificultar a continuidade da parceria (Bronson, 2006). Sem esse fator unificador, divergências nas políticas dos dois países passaram a ser mais difíceis de serem ignoradas (Mason, 2015), assim como elementos antes de interesse comum, como o suporte saudita a islamistas radicais, deram origem a novos atritos (Bronson, 2006). A queda do bloco comunista também trouxe as reservas de petróleo soviéticas em sua totalidade para o mercado internacional, o que somado com a recessão causada pelas crises do fim da década de 1990 fizeram com que o preço do petróleo caísse significativamente (Yergin, 2008).

Com o início da administração George W. Bush, as relações EUA-Arábia Saudita continuaram a se deteriorar, muito por conta da insatisfação saudita com a maneira que o presidente lidou com o conflito entre Palestina e Israel (Pollack, 2002). Quando o novo presidente não mostrou algum esforço significativo para parar a violência na região, a monarquia saudita o acusou de trabalhar contra os interesses dos árabes e ameaçou reciprocitar ao seguir seu interesse individual na sua política do petróleo, sem considerar as necessidades dos EUA. Com essa possibilidade do uso da arma do petróleo, Bush iria se comprometer em

uma carta ao príncipe herdeiro saudita Abdallah a apoiar a criação de um Estado palestino (Riedel, 2018).

Porém, as relações internacionais sofreriam novamente uma mudança radical com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e o início da guerra ao terror da administração Bush. O ataque gerou uma onda de sentimento antissaudita dentro da sociedade civil dos EUA, colocando uma significativa parcela da mídia e da opinião pública estadunidense contra a continuação da parceria com a Arábia Saudita. Apesar disso, a cooperação entre os governos não foi abalada, de forma que a Arábia Saudita apoiou a invasão estadunidense do Afeganistão para depor o Talibã. No caso do Iraque a atitude saudita foi menos entusiástica, visto que a monarquia se preocupava com a sucessão da liderança iraquiana após a deposição de Hussein e seus efeitos na estabilidade regional (Riedel, 2018). Confirmando seus temores, o reino saudita criticou a decisão dos EUA em instalar uma democracia de maioria xiita após a derrubada do regime iraquiano, o que segundo eles havia entregado o Iraque à esfera de influência iraniana (Ottaway, 2009).

No mercado internacional de petróleo, o início dos anos 2000 foi uma época de rápido crescimento do preço do produto, cuja causa foi o drástico aumento da demanda gerado pelo crescimento econômico de países em desenvolvimento como a China e a Índia (Maloney, 2010). Como detentores das maiores reservas e capacidade ociosa de produção do planeta, os países da OPEP supriram a maior parte desta nova demanda e, conseqüentemente, foram os mais beneficiados economicamente (Fattouh; Sen, 2016). O início do milênio também trouxe maior importância política aos países árabes, já que durante a invasão do Iraque, o petróleo saudita e kuwaitiano foram instrumentais para compensar a produção interrompida pelo conflito, possibilitando com que os EUA depusessem Hussein sem desestabilizar o mercado (Elass; Jaffe, 2010).

Para os EUA, essa época também foi caracterizada por uma crescente dependência externa na esfera energética, visto que a demanda por petróleo seguia aumentando sem ser acompanhada pela produção doméstica (Makdessy, 2021), que há anos tinha pouco investimento por conta dos altos custos e risco associados com a procura de novos poços no território estadunidense (Yergin, 2008). Incapacitado de fortalecer a produção interna de petróleo por conta dos custos e resistência interna relacionada a questões ambientais e críticas quanto à relação financeira de Bush e seu vice-presidente com a indústria de petróleo, a estratégia da nova administração para melhorar a segurança energética acabou focando mais na diversificação de fornecedores internacionais, fazendo pouco contra a dependência externa em si (Sébille-Lopez, 2006).

Com o constante aumento do preço do petróleo após 2003, Bush iria pedir em diversos momentos para os países da OPEP aumentos na produção para compensar o crescimento da demanda e equilibrar sua cotação, porém todos esses pedidos foram negados (Elass; Jaffe, 2010). Existem discordâncias entre autores que defendem que estes aumentos não foram feitos pois a OPEP não havia mais a capacidade ociosa para tal (Shaffer, 2009) (Ottaway, 2009), enquanto outros afirmam que os exportadores não queriam diminuir suas rendas em um contexto de inflação crescente, enfraquecimento do dólar e expansão do terrorismo internacional (Elass; Jaffe, 2010). Independentemente da motivação, a recusa da OPEP em equilibrar os preços levou Bush a discursar contra a dependência externa dos EUA com o petróleo, enquanto a política energética estadunidense passou a priorizar a redução da predominância do Oriente Médio nas importações de petróleo (Sébille-Lopez, 2006).

Por conta desses fatores, ao final da administração Bush as relações entre EUA e Arábia Saudita estavam significativamente deterioradas, com o contraterrorismo sendo a única pauta em que a cooperação entre os países havia avançado (Riedel, 2018). O governo Estadunidense estava ativamente preocupado com sua dependência de importações de petróleo, principalmente as provenientes do Oriente Médio, porém não era capaz de impulsionar sua indústria nacional, de modo que Bush optou por uma estratégia de diversificação de parceiros comerciais.

Em comparação, a Arábia Saudita se encontrava em uma posição favorável, com um grande influxo de rendas graças à expansão da demanda e do preço do petróleo. Na sua relação com os EUA, os sauditas desconfiavam sobre a confiabilidade do país como parceiro frente à falha em apoiar a criação do Estado Palestino, contínuo apoio a Israel e a ocupação do Iraque (Riedel, 2018). Nesse contexto, a Arábia Saudita já procurava diversificar suas relações securitárias, buscando um contato mais próximo com a China, Europa, Rússia, Turquia e Paquistão, mas a parceria com os EUA ainda era vista como essencial para a segurança do reino (Ottaway, 2009).

3.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as relações entre Arábia Saudita e EUA até o governo Bush, podemos perceber que a parceria entre os dois países não foi pautada exclusivamente pelo petróleo, mas também por interesses geoestratégicos comuns. A Guerra Fria foi um período exemplar nisto, visto que o interesse americano no reino saudita estava muito ligado à contenção da influência soviética, o que se alinhava com a política de uma monarquia tradicionalista e religiosa como a Arábia Saudita. É possível observar também que quando esses interesses geoestratégicos

estadunidenses não coincidiam com os interesses sauditas, como no caso da estratégia de aproximação com Nasser de Kennedy ou após o desaparecimento da União Soviética, a relação entre os dois países sofria significativos retrocessos mesmo com petróleo ainda estando presente na equação.

Apesar disso, também não é possível diminuir a importância que as reservas de petróleo tiveram para o início e continuidade da parceria. É também importante frisar que o interesse estadunidense no petróleo saudita não se limita à necessidade de abastecer o mercado interno dos EUA, mas sim na manutenção da estabilidade do mercado internacional como um todo e na necessidade de impedir que Estados adversários tenham uma grande influência sobre o preço do petróleo. Esse pensamento estratégico é ilustrado primeiramente pelo próprio acordo de Roosevelt, visto que ele tinha como objetivo aumentar a disponibilidade de energia para o mundo ocidental como um todo, e em segundo lugar pela Guerra do Golfo, na qual a decisão de Bush de proteger o território saudita e libertar o Kuwait foi justificada principalmente pelo desejo de impedir que o Iraque se tornasse a maior potência no mercado internacional de petróleo.

A posição saudita de *swing producer* internacional também foi de muita importância aos EUA, que valorizam a estabilidade do preço do petróleo para evitar crises macroeconômicas. Assim, a habilidade da Arábia Saudita de estancar interrupções inesperadas na oferta, como com a Guerra Irã-Iraque, ou planejadas, como na Guerra do Golfo, demonstrou a importância do petróleo na parceria com os EUA. Apesar disso, no início dos anos 2000 pode-se perceber que a Arábia Saudita nem sempre tem a habilidade ou o interesse de utilizar sua capacidade ociosa para equilibrar o mercado apesar de pedidos do governo estadunidense.

Foi possível observar também que a relação entre os países não foi suave, havendo diversos atritos diplomáticos e distanciamentos ao longo da história. Um dos tópicos que mais gerou divergências foi o do conflito Israel-Palestina, no qual o apoio dos EUA aos israelenses gerou custos à monarquia saudita tanto internamente quanto com outros países árabes, assim como trouxe efeitos negativos aos próprios estadunidenses como no caso do embargo de 1973. Além disso, a falha de sucessivos presidentes dos Estados Unidos em resolver o conflito frustrou em diversas vezes os sauditas, assim como trouxe instabilidade regional durante todo o período estudado.

Com o final do governo George W. Bush, os dois países estavam distantes em comparação ao início dos anos 1990. Ambos os países sofriam pressões domésticas para descontinuar a parceria, algo agravado pelo fato de fatores unificadores como a ameaça soviética ou iraquiana não existirem mais, enquanto questões como o conflito Israel-Palestina

ainda geravam atritos. Porém, em termos de segurança energética os EUA estavam mais dependentes dos sauditas frente ao aumento das suas importações de petróleo, enquanto o Reino havia sido beneficiado pelo boom do preço do petróleo e estava procurando diversificar suas parcerias securitárias. Nesse contexto se daria início à administração Obama, que apesar da situação desfavorável herdada do seu antecessor, seria também a primeira gestão a se beneficiar da revolução do xisto e as oportunidades que ela traria para a política externa estadunidense. Na próxima seção será verificado o efeito que o xisto teve na capacidade dos EUA em resistir ao *statecraft* econômico saudita e em suas considerações estratégicas internacionais durante o governo Obama (2009-2017), de forma que no capítulo 5 possamos analisar as políticas dos Estados Unidos em relação à Arábia Saudita durante esse período através desse contexto.

4 *STATECRAFT* ECONÔMICO SAUDITA PARA OS EUA, 2001-2016

Como discutido no capítulo anterior, ao final do governo Bush em 2008 a produção doméstica de petróleo dos EUA encontrava-se em declínio, de modo que a segurança energética do país se encontrava em uma situação precária. As importações estadunidenses de petróleo estavam em ascensão, e acreditava-se que a recém empossada administração Obama continuaria essa tendência de crescente dependência energética externa (Howald; Mildner; Westphal, 2013). Porém, essas expectativas acabaram sendo completamente contrariadas ao final dos anos 2000, em que a chamada “revolução do xisto” transformou o cenário energético dos EUA e do mundo.

No seguinte capítulo será utilizado a teoria condicionalista doméstica de Blanchard e Ripsman (2013) para se analisar a TSI e o *stateness* dos EUA durante o governo de Bush e de Obama, de forma a nos possibilitar verificar o efeito da revolução do xisto nestas duas variáveis ao compará-las entre as duas presidências. Somado a isso, também determinamos as principais maneiras que o petróleo saudita foi utilizado como ferramenta política em suas relações com estas administrações, assim como os objetivos centrais desses estímulos econômicos. Com isso, buscamos averiguar qual era a natureza do *statecraft* saudita direcionado aos EUA neste período e quais eram as variáveis domésticas que influenciaram no cálculo político desses presidentes com relação às demandas sauditas.

4.1 NATUREZA DO *STATECRAFT* ECONÔMICO

A primeira dimensão do estímulo econômico saudita se refere à capacidade desse país em afetar o preço internacional do petróleo, assim como garantir sua estabilidade em caso de crises. Durante todo os anos que abrangem as administrações Bush e Obama, a Arábia Saudita se manteve entre os dois maiores produtores de petróleo do planeta (EIA, 2023), assim como foi o maior exportador de petróleo cru durante todo o período, sendo a origem de em média aproximadamente 17% de todas as exportações entre 2001 a 2017 (OPEP, 2024). Além disso, a monarquia saudita tem em seu poder a maior parte da produção ociosa de petróleo do globo, com uma estimativa de 1,5 milhões de barris de petróleo por dia ao final de 2016 (EIA, 2017), o que em média representa mais da metade da capacidade ociosa mundial entre 2000 e 2019 (EIA, 2022). Finalmente, a posição de dominância que a Arábia Saudita tradicionalmente mantém na OPEP aumenta seu poder de influência tanto no valor quanto na estabilidade do

preço do petróleo, visto que o país é capaz de impor à organização objetivos voltados ao longo prazo, semelhante à sua própria estratégia (Fattouh; Sen, 2016).

A influência saudita na estabilidade do mercado do petróleo durante o período é ilustrada pela Guerra do Iraque em 2003, na qual os EUA foram capazes de invadir um dos maiores exportadores de petróleo da época sem um grande efeito no preço do produto em virtude do aumento da produção dos países da OPEP, em especial Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, que compensaram a interrupção do fluxo de petróleo iraquiano (Elass; Jaffe, 2010). Além disso, os diversos pedidos por parte do presidente Bush à monarquia saudita para que se aumentasse a produção petrolífera de modo a diminuir o preço crescente do produto durante a década de 2000 (CNN, 2005) (ABC News, 2009) (Mouawad, 2008) demonstra que o governo estadunidense acreditava que a Arábia Saudita possuía a capacidade e a disponibilidade de influenciar o valor do barril de petróleo.

Uma segunda dimensão do *statecraft* saudita referente ao petróleo está na sua qualidade como maior país exportador do produto, de modo que um embargo, como ocorreu em 1973, tem a capacidade de afetar significativamente a economia e segurança dos EUA e seus aliados. No período estudado, a Arábia Saudita foi o principal fornecedor de petróleo para nações próximas aos EUA como Japão e Coreia do Sul, os quais receberam do reino saudita ao menos um quarto de todo petróleo consumido durante as últimas duas décadas (OEC, 2024). Essa situação é agravada ao se considerar a OPEP como um todo, que foi a origem de aproximadamente 80% das importações de petróleo desses países durante esse período de tempo (Ji; Zhang; Zhang, 2019). Apesar do potencial perigo de outro embargo dos exportadores de petróleo, essa forma de *statecraft* havia uma probabilidade muito menor de ser utilizada, visto que seu uso em 1973 trouxe significativos custos econômicos para os países da OPAEP, além de que os países consumidores tomaram uma gama de políticas nas décadas subsequentes de forma a reduzir a efetividade desse tipo de medida (Shaffer, 2009).

O objetivo geral do *statecraft* saudita é de incentivar os EUA a defenderem a continuidade do regime saudita e seus interesses estratégicos dentro do Oriente Médio, seja por meio de apoio político, garantia contra ataques externos, treinamento militar, transferência de armamentos e investimentos no Reino. A proteção securitária estadunidense era essencial para o país neste momento, visto que ele não tinha a capacidade de se defender sozinho (Pasha, 2016), e nem possuía alternativas para a segurança externa oferecida pelos EUA. No início do século XXI, a monarquia saudita tinha como principais ameaças securitárias o Irã e grupos internos de oposição ao regime (Blanchard, 2012). O perigo do Irã vinha pela sua contestação da liderança do mundo islâmico, posição que era vital para a legitimidade e influência da família

Saud, e pelo sentimento antimonárquico que a república xiita incitava dentro do Reino, principalmente nas províncias ao longo do Golfo Pérsico, as quais contém os principais poços de petróleo assim como as maiores populações xiitas do país (Houghton, 2022). Na esfera doméstica, os principais opositores da monarquia saudita eram grupos terroristas como a Al-Qaeda, os quais se opunham à casa de Saud por conta de sua parceria do país com os EUA e pela presença de suas tropas em território sagrado do Islã (Riedel, 2018).

4.2 AMEAÇA AOS INTERESSES ESTRATÉGICOS

Do ponto de vista do governo estadunidense, o *statecraft* econômico saudita busca influenciar principalmente a política externa e estratégia do país em relação ao Oriente Médio, de modo que conceder às suas demandas não colocaria em ameaça a soberania, independência ou integridade territorial dos EUA de alguma maneira. Da mesma forma, não é possível dizer que a concessão impediria os Estados Unidos de se defenderem contra ameaças securitárias. Ao longo das presidências de Bush e Obama, os principais temas que pautaram a agenda securitária dos EUA foram o terrorismo, a proliferação nuclear e a contenção da China e da Rússia (Negroponte, 2006; Clapper, 2012, 2016). Em nenhum desses pontos a continuidade de sua parceria com a Arábia Saudita era necessariamente um obstáculo, visto que nos dois primeiros a monarquia saudita possuía os mesmos objetivos que os Estados Unidos (Al-Saud, 2002), enquanto no último a alienação dos sauditas poderia trazê-los para a órbita de influência dessas potências rivais (Gordon; et al, 2018).

É possível argumentar que um problema trazido pelos objetivos sauditas aos EUA se refere à reputação deste com seus aliados, em especial com Israel. Alguns aspectos da parceria com a Arábia Saudita, como o suprimento de armamento moderno para a proteção do Reino e a pressão constante de Riade para os Estados Unidos auxiliarem na solução do conflito Israel-Palestina e na criação do Estado palestino, sofrem grande oposição de Israel e seu Lobby dentro dos EUA (Blanchard, 2009) (Mearsheimer; Walt, 2007). Isso é ilustrado pelas vendas de armas à Arábia Saudita durante o governo Obama, em que o governo estadunidense desistiu de vender armamentos de longa distância por conta de preocupações israelenses (Black, 2010), além de ter que compensar essas vendas com o suprimento de armamentos mais modernos à Israel de modo a manter sua vantagem qualitativa sobre os países árabes (Riedel, 2017). Apesar disso, no capítulo anterior pudemos observar que a parceria estadunidense com a Arábia Saudita não chegou a causar problemas em sua aliança com Israel, pelo contrário, os atritos normalmente se davam na relação com os sauditas.

Apesar disso, o governo Obama enfrentou uma situação mais difícil que seu antecessor, visto que as políticas unilaterais e intervencionistas de Bush haviam criado novos desafios para o país. A superextensão dos recursos estadunidenses que elas causaram havia se tornado insustentável na percepção da nova administração, fazendo com que um dos principais objetivos da política externa do novo presidente fosse a redução dos gastos com o engajamento no Oriente Médio (Brands, 2017). Além disso, após as custosas ocupações do Iraque e do Afeganistão, uma maior parte da população dos Estados Unidos passou a se opor à continuidade do envolvimento militar do país no Oriente Médio (Krieg, 2016), posição que se fortaleceu ainda mais com a diminuição da dependência energética externa após a revolução do xisto (Gordon; et al, 2018). Porém, esses desafios foram moderados pelo fato dos EUA não possuir ameaças existenciais ou rivalidades duradouras no pós-guerra fria. Por conta disso, considera-se que a TSI-C durante a administração Bush era baixa, visto que ela não afetava nenhum dos interesses vitais do país no momento, enquanto durante o governo Obama ela se tornou moderada, já que era uma preocupação importante da presidência reduzir os gastos com a política externa no Oriente Médio e o custo político do envolvimento militar na região havia aumentado consideravelmente.

Enquanto haviam custos para a concessão, o risco político associado a não conceder às demandas sauditas (TSI-N) durante esse período eram mais proeminentes. Nesse sentido, a própria ameaça saudita de perseguir uma política petrolífera sem considerar os interesses dos EUA, direcionada a Bush no início de seu governo (Riedel, 2018), já representava um grande perigo à segurança do país. Em especial nesta presidência, a segurança energética foi diretamente correlacionada à segurança nacional, sendo um de seus objetivos garantir o fluxo ininterrupto e sob custos razoáveis de petróleo para abastecer a economia estadunidense e permitir seu crescimento (Sébille-Lopez, 2006). Apesar da estratégia principal dessa administração ter sido a diversificação para diminuir sua dependência com os exportadores de petróleo do Oriente Médio, a continuidade do abastecimento petrolífero saudita era em si essencial para esta política, visto que o objetivo era obter uma variedade de fornecedores em caso de uma interrupção da produção de um deles (Makdessy, 2021), e não substituir o suprimento saudita completamente, algo que era impossível naquele momento (Krane; Medlock, 2018).

Além disso, uma das maiores preocupações de Bush quanto à política energética era com a indústria de petróleo doméstica dos EUA, a qual gera renda e emprego para centros populacionais importantes e dava ao país certo grau de independência energética (Sébille-Lopez, 2006). A exemplo do que ocorreu no governo Reagan, uma política de alta produção

adotada pela Arábia Saudita tem a capacidade reduzir o preço do petróleo a níveis que inviabilizam a indústria petrolífera estadunidense e, conseqüentemente, colocam em risco a segurança nacional do país ao torná-lo ainda mais dependente de importações (Yergin, 2011). Ao mesmo tempo, a recusa da Arábia Saudita de estabilizar o preço do petróleo em momentos de valorização do insumo, como ocorreu ao final do governo Bush (Elass; Jaffe, 2010), tem o potencial de prejudicar a renda dos consumidores de energia, a atividade macroeconômica e a popularidade da administração no poder (Bordoff, Deshpante, Noel, 2010).

A não concessão por parte dos EUA também significa alienar sua parceria de décadas com a Arábia Saudita, visto que a cooperação securitária foi um dos pilares dessa relação desde sua concepção (Long, 2004). Essa mudança da posição do governo estadunidense poderia prejudicar sua reputação com outros aliados regionais, que veriam o abandono de um aliado tradicional dos EUA como um sinal de que suas promessas não são confiáveis. A história diplomática estadunidense tem uma variedade de exemplos desse tipo, inclusive na própria relação entre EUA e Arábia Saudita, como com a deposição da monarquia do Irã em 1978 e de Mubarak no Egito em 2011, ambos aliados estadunidenses que não receberam grande apoio dos Estados Unidos para evitar sua derrubada, o que gerou dúvidas na monarquia saudita quanto à confiabilidade da sua própria parceria securitária (Riedel, 2018).

Finalmente, um dos principais elementos da TSI-N estadunidense é a importância do petróleo saudita para alguns objetivos políticos centrais para o país. A garantia do abastecimento desse insumo energético foi essencial para permitir alguns empreendimentos militares dos EUA ao redor do globo, como a invasão do Iraque em 2003, da Líbia em 2011 (Krane; Medlock, 2018) ou até mesmo a continuidade do suprimento às tropas no Vietnã durante o embargo de 1973 (Yergin, 2011). A manutenção da estabilidade econômica internacional também é uma das prioridades do governo estadunidense, objetivo que necessita do equilíbrio do preço do petróleo em épocas de crise, e conseqüentemente requer também a capacidade ociosa de produção controlada pelos sauditas (Krane; Medlock, 2018).

Assim como a Arábia Saudita é fundamental por conta de suas reservas de petróleo, o país também serviu desde a Guerra Fria como um dos pilares da segurança regional do Oriente Médio para os EUA. Da perspectiva estadunidense, como ilustrado pela doutrina Carter, a garantia de que o fluxo de petróleo vindo da região não sofrerá interrupções por grupos terroristas ou “*rogue states*” é um objetivo estratégico essencial, visto que é necessária para a manutenção da ordem internacional liderada pelo país (Mearsheimer; Walt, 2007). Para tanto, a Arábia Saudita foi um parceiro regional insubstituível desde a revolução iraniana (Riedel,

2018), visto que Israel não é capaz de manter a estabilidade regional sozinho (Mearsheimer; Walt, 2007).

Além dos benefícios trazidos pelo petróleo saudita para a execução de suas políticas, também é necessário considerar os custos gerados pela perda desse fornecedor. Em primeiro lugar, seria muito perigoso não garantir a segurança dos poços de petróleo da Arábia Saudita, já que uma interrupção de sua produção geraria efeitos desastrosos na economia internacional, uma vez que a oferta perdida não seria capaz de ser repostada pelos outros exportadores do mundo (Krane; Medlock, 2018). Por outro lado, também seria muito custoso para o governo estadunidense que o regime saudita se tornasse hostil ao país como ocorreu com o Iraque, ou que a monarquia passasse a se alinhar aos interesses de uma potência rival como no caso da aproximação do Irã e Venezuela com a China e a Rússia ao longo do século XXI (Gordon; et al, 2018).

É natural pensar que com a revolução do Xisto e a grande redução da dependência dos EUA de importações de petróleo, a administração Obama não teria tanta necessidade de proteger os fornecedores do Oriente Médio. Porém, independência energética não necessariamente significa segurança energética, especialmente se tratando do petróleo, visto que a integração global do mercado é tal que flutuações do preço internacional deste produto são capazes de afetar até mesmo países que não dependem de importações (Bordoff; Deshpante; Noel, 2010). Em virtude desses fatores, Thomas Donilon, assessor de Segurança nacional de Obama entre 2010 e 2013, afirmou que:

A energia é um aspecto profundamente importante da segurança nacional e da política externa dos EUA: a disponibilidade de energia com suprimento confiável e acessível é essencial para a força econômica doméstica, que é a base da liderança dos EUA no mundo. [...] Perturbações no abastecimento num determinado local podem ter impactos econômicos globais. A energia molda os interesses nacionais e as relações internacionais. Influencia a política, o desenvolvimento, a governança, a segurança e estabilidade do meio ambiente. Por todas estas razões e outras mais, aumentar o acesso global a energia segura, acessível e limpa é um interesse nacional dos Estados Unidos e uma prioridade máxima para aqueles a quem foi confiada a segurança nacional dos EUA (Donilon, 2013, tradução nossa, s.p.).

Contudo, também não é possível afirmar que a maior independência energética alcançada graças às novas fontes de petróleo não aumentou o poder de barganha estadunidense frente ao petróleo saudita. As novas tecnologias permitiram a revitalização da indústria petrolífera doméstica dos EUA, a qual se tornou mais resistente a possíveis diminuições do preço do barril de petróleo, como demonstrado pela resiliência da produção mesmo após o

colapso do preço em 2014 (Kilian, 2016), aprimorando a segurança energética e nacional consideravelmente em relação à situação enfrentada pelo governo Bush. Além disso, a nova produção estadunidense foi capaz de aumentar a quantidade e a estabilidade da oferta global de petróleo, diluindo relativamente a influência do petróleo saudita (Hughes; Long, 2015).

Somado a isso, a reduzida dependência externa estadunidense permitiu a Obama negociar com os produtores a partir de uma posição de força, visto que apesar de ainda necessários para a manutenção da ordem internacional liderada pelos Estados Unidos, suas reservas de petróleo se tornaram relativamente menos importantes à segurança direta do país norte-americano (Krane; Medlock, 2018). Por fim, a revolução do xisto deu maior margem de manobra diplomática ao país, como visto no caso das sanções multilaterais contra o Irã aplicadas por Obama em 2011, em que o aumento da produção estadunidense foi essencial para convencer outros países de que o embargo não resultaria em um aumento do preço do petróleo (Blackwill; O’Sullivan, 2014). Por conta desses fatores, consideramos que a TSI-N foi alta durante a administração Bush, mas se tornou moderada durante a era Obama.

Quadro 1 - TSI estadunidense nas presidências Bush e Obama

Presidente	TSI-C	TSI-N	TSI
Bush	Baixa	Alta	+2 (Positiva)
Obama	Moderada	Moderada	0 (Neutra)

Fonte: Elaboração própria

4.3 *STATENESS* DURANTE A PRESIDÊNCIA BUSH

Para avaliação do *stateness*, analisaremos as presidências em seções diferentes, em primeiro lugar discutindo a autonomia do presidente estadunidense. Os Estados Unidos da América adotam um modelo de governo presidencialista, em que o poder executivo é investido na figura do presidente do país, que é eleito por um termo de quatro anos por membros do Colégio Eleitoral, os quais são escolhidos através do voto popular em cada estado da federação. O poder legislativo é representado pelo Congresso, que é formado pela Câmara dos Representantes e pelo Senado, ambos eleitos diretamente pelos cidadãos do país. Cada estado possui um número de representantes proporcional à sua população, enquanto na câmara alta todas as unidades da federação têm direito a dois senadores (Estados Unidos da América, 2007).

A constituição dos EUA prevê um compartilhamento do poder sobre a política externa entre o legislativo e o executivo, visto que ela dá ao presidente a posição de Comandante em

Chefe das forças armadas, assim como a capacidade de negociar tratados internacionais e apontar embaixadores, enquanto o Congresso é investido com o poder de regular o comércio exterior, declarar guerras, suprir exércitos e a marinha, assim como requer o consentimento do Senado para a assinatura de tratados e o apontamento de embaixadores feitos pelo presidente (Estados Unidos da América, 2007). Por conta de fatores como o design da constituição, vantagens inerentes da presidência, precedentes e decisões da Suprema Corte, o presidente dos Estados Unidos possui uma maior autonomia na criação da política externa em comparação à política doméstica, visto que na esfera internacional é relativamente mais difícil para o congresso desafiar as decisões do executivo (Lindsay, 2012). De acordo com Thomas Pickering, o Subsecretário de Estado durante a administração Clinton, os principais atores na formação da política externa estadunidense são o presidente e os líderes de outros braços do poder executivo apontados pela presidência, como o Secretário de Estado, o Conselheiro de Segurança Nacional, o Secretário de Defesa, o Presidente do Estado-Maior Conjunto e o Diretor da Agência Central de Inteligência (McDonald, 2000).

Apesar disso, a constituição não deixa claro o limite da influência que cada partição do governo possui sobre a política externa, de forma que a interpretação sobre as responsabilidades do legislativo ou executivo na sua formação variaram ao longo da história (Lindsay, 1994). Por exemplo, ao longo de grande parte da Guerra Fria o consenso quanto à necessidade de uma liderança forte contra o comunismo internacional fez com que o Congresso cedesse a maior parte da autoridade sobre a política externa ao presidente. Esse consenso começou a se deteriorar após o fracasso da Guerra do Vietnã, fazendo com que nas décadas subsequentes o poder legislativo voltasse a influenciar com mais vigor as decisões do presidente no campo internacional (Melanson, 2004). Nesse sentido, George W. Bush contou com uma autonomia acima do normal na política externa, visto que após os ataques de 11 de setembro, o Poder Legislativo aprovou quase unanimemente uma resolução a qual determinava que:

[...] o Presidente está autorizado a usar toda a força necessária e apropriada contra as nações, organizações ou pessoas que ele determine que planejaram, autorizaram, cometeram ou ajudaram os ataques terroristas que ocorreram em 11 de setembro de 2001, ou abrigaram tais organizações ou pessoas [...] (Estados Unidos da América, 2007, tradução nossa, p. 1).

Assim, o Congresso efetivamente declarou guerra e deixou à discrição do presidente determinar qual seria o inimigo, uma concessão do poder sobre a política externa ao Executivo que também se estendeu a outros tópicos relacionados ao Oriente Médio e o contraterrorismo (Lindsay, 2012).

Historicamente, a principal ferramenta utilizada pelo poder legislativo para influenciar a política externa dos EUA foi a necessidade do consentimento de dois terços do Senado para a assinatura de acordos internacionais. Porém, após o início da Guerra Fria, o uso de tratados internacionais pelo governo entrou em declínio, passando a serem utilizados com mais frequência acordos executivos para firmar os comprometeros externos do país, os quais não necessitam da aprovação dos senadores. Por isso, desde a Guerra do Vietnã, o instrumento mais influente do Congresso na política externa tem sido o controle do cofre público, já que orçamento destinado a departamentos, agências e programas realizados pelo governo precisam ser aprovados pelo Poder Legislativo, incluindo aqueles ligados à política externa (Lindsay, 1994). O interesse renovado dos congressistas em assuntos internacionais, assim como reformas institucionais nos órgãos legislativos ao longo dos anos 1970, também permitiram com que grupos de interesse, *think tanks* e governos estrangeiros tivessem uma maior voz sobre a atuação internacional dos EUA através do lobby (Paul; Paul, 2022)

A política doméstica dos Estados Unidos no período estudado foi dominada pelos dois maiores partidos do país, Republicano e Democrata, com alguns poucos congressistas se declarando independentes. Durante os anos iniciais do governo Bush, o presidente contou com uma maioria do Partido Republicano nos dois braços do legislativo durante a maior parte do tempo. Logo após ser empossado, a divisão partidária na Câmara dos Representantes era de 221 republicanos contra 214 democratas, uma pequena vantagem para o partido do presidente, a qual foi ampliada após as eleições de 2004. Essa margem é importante ao partido majoritário visto que a maioria simples em geral concede mais poderes na Câmara em comparação ao Senado (Graham, 2010).

Essa diferença entre os dois braços do poder legislativo ocorre pois no Senado dos EUA é possível se utilizar de uma tática conhecida como *filibuster*, em que um único senador é capaz de estender o tempo de debate sobre uma legislação por um tempo indeterminado, impedindo com que ela entre em votação. Para dar término a uma tentativa de uso do *filibuster*, é necessária uma maioria qualificada de 60 das 100 cadeiras do Senado. Por conta disso, são necessários sessenta votos para se garantir a aprovação de uma legislação nesse órgão, principalmente em temas controversos que incentivem o uso dessa medida pelo partido minoritário (Heitshusen, 2017).

Bush começou seu mandato com uma divisão de 50 a 50 entre os dois principais partidos no Senado, uma situação favorável aos republicanos visto que o vice-presidente do país possui o voto de minerva. Após se tornar o voto minoritário por alguns meses em 2001, a maioria republicana foi reconquistada com as eleições de 2002, com as quais a divisão do Senado passou

a ser de 51 a 49, e expandida em 2004 para 55 a 45, de modo que propostas legislativas ainda estavam sob ameaça de um *filibuster* (Graham, 2010). O Partido Republicano perdeu o controle de ambas as câmaras do Congresso após as eleições de 2007, na qual os democratas conquistaram uma maioria de 233 a 202 na Câmara dos Representantes (Escritório do Historiador, 2024) e de 51 (com dois independentes) a 49 no Senado (Senado, 2024), fazendo com que o presidente governasse com a oposição no controle do legislativo em seus dois últimos anos de governo.

Durante os anos de 2001 a 2008, a unidade partidária, isto é, a porcentagem de votações em que um membro do congresso votou junto com a maioria de seu partido contra a maioria do partido adversário, foi de em média 88,75% no Partido Republicano e 87,5% no Democrata dentro da Câmara dos Representantes (Austin, 2021). Por conta dessas “traições” em votações polarizadas, a pequena margem de maioria que Bush contava no Congresso muitas vezes não era suficiente para garantir o êxito no Legislativo, de forma que o presidente teve de negociar com congressistas democratas (Graham, 2010). Em virtude desses fatores, é considerado que a autonomia durante a administração Bush foi moderada-alta.

No tópico da capacidade, os EUA durante todo o período estudado foram a maior economia do planeta, representando uma grande vantagem econômica para seus líderes. Entre os anos de 2001 e 2016, o país sempre manteve um PIB ao menos 6 trilhões de dólares maior que a segunda maior economia global, assim como uns dos maiores PIBs per capita do mundo (Banco Mundial, 2024). Bush ao longo de sua administração foi capaz de manter uma média de crescimento do PIB em 2,1% ao ano (Anderson, 2016). Apesar da bolha da Internet e a crise financeira de 2008 terem impactado a economia estadunidense no início e no final de sua presidência, respectivamente, os EUA alcançaram um crescimento de 19% de seu PIB entre 2001 e 2008 quando ajustado à inflação, uma taxa maior do que a maioria dos outros países desenvolvidos (Graham, 2010). Junto ao crescimento do PIB houve também um aumento dos gastos governamentais, que nesta presidência foram em média 2,6 trilhões de dólares por ano (Peters, 2021).

Uma das principais políticas domésticas de Bush foi a redução da carga tributária dos EUA, política a qual o presidente argumentava ser necessária para a recuperação econômica após as dificuldades no início dos anos 2000. Ao longo de seus dois mandatos, Bush reduziu o volume de impostos em mais de dois trilhões de dólares, porém não foi capaz de convencer o Congresso a tornar essas medidas permanentes. Essa diminuição da renda governamental se tornou um problema quando somada aos aumentos dos gastos do Estado por parte da administração Bush, a qual se envolveu em duas Guerras, incrementou os gastos militares e

teve que proporcionar auxílio à população após desastres naturais e a crise de 2008 (Graham, 2010). Com esse desbalanço fiscal, os EUA passaram a acumular déficits, rapidamente esgotando os superávits herdados pela gestão Clinton, ampliando sua dívida e diminuindo a capacidade econômica governamental (Horton, 2017).

Apesar dos déficits montantes causados pelas políticas de Bush, o governo possuía a habilidade de aumentar sua renda caso julgasse necessário, visto que o país possui uma das menores taxas tributárias entre os países do G7 ao mesmo tempo que as mais baixas taxas de evasão fiscal (Hines, 2012). Mesmo com a possibilidade desse aumento da tributação, essa mudança seria muito custosa politicamente, visto que a redução dos impostos foi um dos principais pontos da campanha de Bush e era uma política que o presidente e congressistas republicanos acreditavam ser necessária para a aceleração da economia do país (Graham, 2010). Uma camada adicional de capacidade econômica em poder do governo estadunidense são suas reservas cambiais, que se mantiveram entre as maiores do mundo ao longo de toda a administração Bush (Banco Mundial, 2024).

Outra vantagem econômica desfrutada pelos EUA vem do fato do dólar ser utilizado como a moeda de troca e reserva de valor internacional, dando ao país um poder financeiro inigualável no mundo (Siddiqui, 2020). Além disso, o tamanho da economia estadunidense incentivou nações estrangeiras a financiar o débito do País após a expansão econômica asiática no início dos anos 2000, fazendo do período Bush uma época de abundância de crédito barato (Morgan, 2010). Na disponibilidade de recursos naturais, como já discutido o período anterior à revolução do xisto foi marcado pela crescente dependência externa dos EUA no caso do petróleo, e mesmo se sua produção doméstica fosse mais forte o preço desse insumo ainda sim seria dado pelo mercado internacional. Apesar disso, o país possuía grandes volumes de reservas estratégicas de petróleo, que em 2008 eram as maiores da história, capazes de insular os consumidores do país de choques de oferta por alguns meses (Departamento de Energia, 2024).

A economia dos EUA é muito grande e complexa para ser determinada por um único ator, porém as ferramentas políticas do poder executivo ainda são capazes de influenciar significativamente a agenda econômica do país. Dessa forma, em situações de crise como em 2008, quando o estouro da bolha imobiliária gerou uma depressão em toda economia, causando desemprego, redução do consumo, o governo foi capaz de nacionalizar agências financeiras e comprar títulos tóxicos para evitar um colapso geral do sistema financeiro (Morgan, 2010). Apesar da grande recessão enfrentada pelo país ao final da administração Bush, acreditamos que a posição incomparável dos EUA na hierarquia econômica internacional e somado ao poder

do governo em utilizar ferramentas para proteger sua economia fizeram com que a capacidade econômica durante esse período fosse alta.

Já quanto à capacidade coercitiva do Estado durante a presidência de George W. Bush, o número de oficiais de aplicação da lei variou de 705.559 em 2001 a 762.944 em 2008, de modo que em média houveram 247 policiais para cada 100.000 habitantes durante esse período (FBI, 2024), pouco menor que a mediana internacional que em 2006 foi de 300 policiais a cada 100.000 habitantes (Secretário-geral das Nações Unidas, 2010). Em comparação ao Canadá, país vizinho com uma extensão territorial similar aos EUA, os Estados Unidos possuem uma quantidade significativamente maior de policiais per capita, visto o Canadá empregou apenas 196 policiais a cada 100.000 habitantes em 2008 (Statistics Canada, 2008).

Na esfera militar, os EUA haviam com um dos maiores exércitos do mundo, contando com 1,5 milhões de militares em 2008 ao final do governo Bush, de modo que o país possuía nesta data cerca de 488 militares a cada 100.000 habitantes (Singer; Bremer e Stuckey, 2020). Além dos cometimentos tradicionais dos Estados Unidos com tropas em bases internacionais como no Japão e na Alemanha, as políticas de George Bush resultaram em um maior envolvimento internacional do exército, de modo que em 2005, por exemplo, mais de 380 mil tropas estadunidenses estivessem no exterior (Allen; Flynn; Machain, 2021), cerca de 26% das forças militares (Singer; Bremer; Stuckey, 2020), e portanto não pudessem ser utilizadas para coerção interna. A legislação estadunidense permite o uso das forças armadas para suprimir agitações domésticas quando pedido por um Governador, assim como quando leis federais ou estaduais não estão sendo respeitadas, mas historicamente elas foram pouco utilizadas, sendo que a última vez que isto ocorreu foi em 1992 (Nevitt, 2020).

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, o financiamento e a autoridade das agências de inteligência dos EUA cresceram exponencialmente. Entre os anos de 2001 e 2010 o orçamento destinado à inteligência cresceu em mais de 250%, sendo estimado em 75 bilhões de dólares neste último ano (Priest; Arkin, 2011). Além disso, o *Patriot Act* de 2001 expandiu consideravelmente a capacidade das agências de inteligência de vigiar a população do país, expandindo permissões para espionar comunicações, ampliando as circunstâncias que vigilâncias podem ser feitas assim como as informações que podem ser acessadas durante essas investigações (Jaeger; Bertot; McClure, 2003). Em virtude desses fatores, a capacidade coercitiva dos EUA é considerada alta durante o governo Bush. Combinando a pontuação da capacidade coercitiva e econômica, conclui-se que a capacidade do país em geral era alta.

Como uma democracia estável, o governo estadunidense não enfrentou uma oposição violenta, emigração em massa ou utilizou repressão sistêmica. O regime político estadunidense

também possui uma liberdade de expressão e imprensa que possibilita verificar sua legitimidade diretamente através de pesquisas de opinião (Repórteres Sem Fronteiras, 2024). Por conta da maneira indireta em que as eleições presidenciais ocorrem nos EUA, a administração de George Bush teve um início conturbado, visto que ele havia recebido menos votos totais que seu adversário democrata, mas obteve uma quantidade maior de votos no colégio eleitoral, garantindo sua vitória. Tornando a situação ainda mais complexa, após denúncias sobre irregularidades na contagem dos votos, o Partido Democrata pediu uma recontagem na Flórida, visto que se a vitória de Bush dependia dos votos do estado. Em última instância, a recontagem foi negada pela Suprema Corte do país em uma votação de 5 votos contra 4, resultando no início de mandato mais instável desde a Segunda Guerra Mundial (Graham, 2010). Em consequência dessa decisão, se antes dela 70% dos estadunidenses quando perguntados em pesquisas diziam que aceitariam os resultados das eleições como legítimos, após seu anúncio esse número diminuiu para 60% (Sances, 2023).

A incerteza que marcou o início do governo republicano foi completamente afastada após os ataques de 11 de setembro, os quais fizeram com que a população estadunidense se unisse em torno da figura do presidente. Em virtude disso, a aprovação pública de Bush disparou para 90%, com após um ano dos atentados ainda se mantendo em 70%, e mesmo em 2003 ela apenas havia diminuído 10% em relação ao ano anterior (Lindsay, 2012). Com as eleições de 2004, Bush seria reeleito com uma pequena maioria tanto no voto popular quanto no colégio eleitoral (Graham, 2010), fazendo com que desta vez 80% dos cidadãos perguntados em uma pesquisa realizada pela CBS e a *The New York Times* vissem os resultados como legítimos (Sances, 2023). Além disso, as eleições de 2004 apresentaram uma taxa de participação recorde nos EUA, assim como uma grande atividade política da população além do voto (Graham, 2010).

Apesar do impulso de popularidade após os ataques terroristas de 2001, ao decorrer de seu mandato as decisões de Bush acabaram desgastando sua imagem pública. Enquanto após as eleições de 2004 sua aprovação estava em 50%, ao final de seu governo em 2008 este número havia alcançado 24%, um dos mais baixos da história para o final de uma presidência (Pew Research Center, 2008). Da mesma forma, segundo pesquisas realizadas pela Gallup, de 2001 a 2004 em média 42% dos adultos tinham grande ou considerável confiança nas instituições dos EUA, mas a partir de 2005 esse número passou a decair, chegando a 32% em 2008 (Jones, 2022). Ainda assim, em 2009 pouco mais da metade dos estadunidenses acreditavam que seu sistema político era o melhor do mundo ou acima da média comparado a outros países desenvolvidos (Pew Research Center, 2018). Portanto, apesar do declínio da popularidade de

Bush após 2004, consideramos que o regime político dos EUA permaneceu com alta legitimidade ao longo de sua presidência.

Quadro 2 - *Stateness* no governo Bush

Autonomia	Capacidade	Legitimidade	<i>Stateness</i> total
Moderada-alta (1,5)	Alta (2)	Alta (2)	Muito alta (5,5)

Fonte: Elaboração própria

4.4 *STATENESS* DURANTE A PRESIDÊNCIA OBAMA

Durante a administração Obama o processo de formação da política externa não se transformou em relação ao período anterior, de modo que o presidente ainda dominava as decisões do país nesta esfera. Porém, sem a crise desencadeada pelos ataques de 11 de setembro e com o desgaste causado pelas intervenções no Oriente Médio, o Congresso se tornou um ator mais presente nos debates sobre a inserção internacional do país (Magnotta, 2014). Logo após a mudança da presidência em 2009, o Partido Democrata possuía uma ampla maioria na Câmara dos Representantes de 248 a 187 (Escritório do Historiador, 2024), assim como uma maioria de 59 a 41 no Senado (Senado, 2024), quase o suficiente para impossibilitar *filibusters*. Após as eleições de 2010, os democratas perderam o controle da Câmara dos Representantes, com a nova configuração dando uma maioria republicana de 242 a 193 assentos (Escritório do Historiador, 2024), enquanto no Senado a maioria do partido do presidente foi mantida, porém diminuiu para 53 a 47 (Senado, 2024).

A partir de 2011 Obama governaria o resto de seus mandatos com uma maioria republicana entre os Representantes, e depois das eleições de 2014 o controle do Senado seria perdido também (Graham, 2016). Dessa forma, o presidente possuiu controle de ambos os braços do Congresso nos dois primeiros anos de sua administração, mas passou a maioria do tempo na Casa Branca com a oposição no controle da Câmara dos Representantes e com uma maioria no Senado insuficientemente grande para evitar uma tentativa de *filibuster* (Graham, 2016). Negociação com membros do Partido Republicano também se tornaram mais difíceis, visto que a unidade partidária de ambos os principais partidos do país tendeu a aumentar tanto entre os representantes quanto entre os senadores, assim como cresceu a frequência das votações em que a maioria dos políticos de um partido votaram juntos em sua maioria (Austin, 2021).

Governando sem o controle do congresso durante grande parte de seus mandatos, em um contexto de desgaste do prestígio internacional dos EUA por conta das ações de Bush e com

o aumento da polarização na política doméstica, Obama acabou enfrentando uma significativa oposição interna às suas decisões. O presidente foi obrigado a negociar a concessão em alguns pontos, como para garantir a ratificação do tratado “New START” de controle de armas nucleares com a Rússia, ou teve que utilizar dos acordos executivos, principalmente ao final de sua presidência, quando não haviam chances de apoio vindo do legislativo (Scott; Rosati, 2024). Considerando os poderes inerentes do poder executivo nos EUA para a formação da política externa ao mesmo tempo que a oposição legislativa enfrentada durante o período, consideramos que a autonomia durante a administração Obama foi moderada.

A capacidade econômica estadunidense logo no início do período Obama foi prejudicada pela maior recessão enfrentada pelo país em décadas, a qual já afetava a economia do país desde o último ano do governo Bush. Por conta disso, em 2009, o primeiro ano de seu mandato, o PIB dos EUA ajustado à inflação chegou a encolher em 2,6%, de forma que no período de 2009 a 2012, todo o primeiro mandato do presidente, só se observou um crescimento médio de 1% ao ano (Fundo Monetário Internacional, 2024). Para combater a crise, Obama expandiu os incentivos fiscais que já haviam sido iniciados pelo governo anterior, já em 2009 conseguindo a aprovação do congresso de um pacote de estímulos de aproximadamente 800 bilhões de dólares, e até o fim de 2012 os incentivos fiscais já haviam alcançado os 1,5 trilhões de dólares (Furman, 2020).

Dentre os incentivos fiscais efetuados estavam reduções da tributação (Furman, 2020), o que somado com a redução da atividade econômica resultou em 2009 na redução das receitas do governo em 20% em relação a 2008. Ao mesmo tempo, os pacotes de estímulos elevaram os gastos do governo em 16%, gerando ao Estado um déficit de mais de 1,4 trilhões de dólares naquele ano (Casa Branca, 2024). Apesar do pesado efeito no Balanço de Pagamentos do país, os incentivos fiscais foram uma parte significativa da resposta à crise financeira, visto que se eles não fossem realizados a recessão traria efeitos negativos maiores e mais prolongados (Furman, 2020). Passado a crise financeira, os EUA cresceram em média 2,3% ao ano entre 2010 e 2016 (Fundo Monetário Internacional, 2024), período também em que houve um crescimento das receitas do governo ao mesmo tempo em que seus gastos se mantiveram relativamente constante, de forma que se manteve o déficit no Balanço de Pagamentos, mas seu tamanho tendeu a diminuir ao longo dos anos (Casa Branca, 2024).

Por conta dos constantes déficits, a dívida nacional dos EUA alcançou 139% do PIB em 2016, sendo a quinta maior entre os países da OCDE (OCDE, 2024). Apesar disso, o endividamento público não apresenta uma ameaça econômica tão séria como para outros países, visto que durante o período Obama os Estados Unidos foram capazes de emprestar com baixas

taxas de juros, a alta credibilidade da economia estadunidense fez com que a disponibilidade de crédito fosse abundante e não havia uma alta taxa de inflação que forçasse o aumento da taxa de juros (Furman; Summers, 2019). Além disso, o fato dos EUA fazerem empréstimos em sua própria moeda, e de que esta moeda é utilizada como reserva de valor e padrão de troca internacional, são outros fatores que aumentam a facilidade do país em financiar suas dívidas (McBride; Berman; Siripurapu, 2023).

Em relação aos recursos naturais à disposição do país, a Revolução do Xisto como mencionado anteriormente representou uma renascença da sua indústria doméstica de energia, a qual estava em declínio desde as últimas décadas. Apesar disso, as novas fontes de insumo energético não aumentaram diretamente a capacidade econômica dos EUA de forma significativa, visto que o preço do petróleo seguia determinado pelo mercado internacional e as indústrias beneficiadas pela maior produção energética formam uma pequena parcela do PIB do país, apesar dos efeitos positivos que tiveram para a rendas das regiões em que se encontram. Por outro lado, o declínio do preço do petróleo desde 2009 e seu eventual colapso em 2014 podem ser em parte explicados pelo aumento da oferta gerada pela nova produção estadunidense, uma redução que gerou benefícios para a economia dos EUA e outros consumidores de petróleo (Kilian, 2016). Apesar do xisto não ter trazido significativos benefícios à economia nacional estadunidense e a crise financeira haver reduzido seu crescimento ao longo da presidência Obama, acreditamos que o poder econômico e a capacidade de financiamento inigualável que o país justificam que sua capacidade econômica seja considerada moderada-alta.

Para a discussão da capacidade coercitiva do país, observou-se que a taxa de policiais para cada 100.000 habitantes se manteve em média 240 durante a administração Obama, uma proporção parecida com a do período Bush (FBI, 2024). O tamanho das forças armadas também se manteve estável comparado aos últimos anos da presidência anterior, variando entre 1,5 e 1,6 milhões de militares durante a maioria do mandato de Obama. Porém, durante os últimos dois anos de cargo deste presidente houve uma diminuição no número de tropas, chegando a 1,38 milhões em 2016 (Singer, Bremer e Stuckey, 2020). Por outro lado, após o término da administração Bush a proporção de militares estadunidenses no exterior passou a diminuir, com Obama mantendo em média 16% das forças armadas fora dos EUA durante seu governo (Allen, Flynn e Machain, 2021).

Apesar de críticas antes de sua eleição para presidente, Obama continuou as políticas de vigilância de Bush, incluindo programas de monitoramento em massa das comunicações da população e a renovação dos principais pontos do *Patriot Act*. Após os documentos vazados

por Edward Snowden exporem a extensão das políticas de vigilância doméstica e internacional do país, o presidente adotou algumas medidas para limitar a coleta de dados, mas as estruturas básicas dos programas seguiram as mesmas (Olmsted, 2017). Portanto, consideramos que a capacidade coercitiva do país continuou alta, o que somada à pontuação moderada-alta na dimensão econômica resulta em uma capacidade alta durante o período.

Quanto à legitimidade, Obama foi eleito em 2008 com uma ampla margem no voto popular, 53,7 a 46,3%, assim como no colégio eleitoral, conquistando uma margem de 365 a 173. Em sua reeleição em 2012 o presidente também teve uma vitória significativa nas urnas, com 52% do voto popular e 332 votos no colégio eleitoral (Graham, 2017). Adicionalmente, a eleição de 2008 recebeu a maior participação eleitoral das últimas três décadas anteriores com 62% da população votante, enquanto a de 2012 obteve um número menor, mas ainda assim historicamente alto de 58% (McDonald, 2024).

Obama iniciou sua presidência com altos índices de aprovação, 69% no começo de 2009, porém a opinião pública se desgastou com o tempo, de forma que sua aprovação média ao longo de todo seu mandato foi de 48% (Gallup, 2024). Além disso, houve uma piora da visão dos estadunidenses sobre as instituições do país, com apenas em torno de 32% deles apresentando confiança nelas (Jones, 2022a), enquanto cerca de 51% confiavam no poder executivo no ano final do governo Obama (Jones, 2022b). Apesar disso, nas mais de 150 pesquisas analisadas por Sances (2023) que perguntavam sobre a legitimidade do resultado das eleições presidenciais entre 2000 e 2020, as únicas que não receberam um questionário do gênero foram as de 2008 e 2012, indicando que a credibilidade dessas eleições não eram um tema controverso na sociedade estadunidense da época. Portanto, apesar do grau considerável de insatisfação com a performance do presidente e as instituições durante o período, considerando as altas margens de votação e participação eleitoral, assim como a falta de controvérsia sobre os resultados das eleições, não acreditamos que houvesse significativas dúvidas sobre a legitimidade da gestão ou da democracia estadunidense em geral, de modo que a legitimidade continuou alta durante a administração Obama.

Quadro 3 - *Stateness* no governo Obama

Autonomia	Capacidade	Legitimidade	<i>Stateness</i> total
Moderada (1)	Moderada-alta (1,5)	Alta (2)	Alta (4,5)

Fonte: Elaboração própria

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agregando os valores das TSI-C e TSI-N, temos que durante a administração Bush, a TSI dos EUA era positiva alta, ou seja, os custos de não conceder às demandas sauditas eram muito maiores do que os associados à concessão. Já durante o governo Obama, a TSI era neutra, de modo que tanto a concessão quanto a não concessão traziam problemas estratégicos de magnitudes semelhantes. Enquanto isso, o *stateness* estadunidense tanto nos mandatos de Bush quanto os de foi muito alto, enquanto no período Obama foi alto, dando aos presidentes uma ampla margem de manobra política para aplicarem a política que desejassem em relação à Arábia Saudita.

A revolução do xisto tinha o potencial de afetar a concessão por parte dos EUA através de duas maneiras: diminuindo a TSI-C ou aumentando a capacidade econômica do país. Em última instância, as novas fontes de petróleo não tiveram um efeito substancial na economia dos Estados Unidos como um todo, e nem foram capazes de aumentar a capacidade do governo de insular seu mercado interno de flutuações do preço do petróleo. Apesar de não gerar grandes alterações na capacidade econômica, o ressurgimento da indústria petrolífera estadunidense foi capaz de contribuir para a diminuição dos custos da não concessão durante o governo Obama, de forma que é possível que ela tenha alterado o cálculo político de Obama sobre a parceria com os sauditas.

No caso da política externa de Bush, o presidente decidiu seguir com a parceria com a monarquia saudita em virtude dos riscos associados à TSI-N, mesmo que o *stateness* durante seu governo o permitisse ignorar os custos políticos da decisão de não conceder às demandas do *statecraft* econômico da Arábia Saudita. Em virtude do *stateness* alto durante sua administração, Obama teve um alto grau de agência para decidir conceder ou não às demandas sauditas de acordo com suas preferências, mesmo frente a oposição doméstica. No próximo capítulo será verificado o resultado do estímulo econômico saudita sobre o governo Obama através da análise da política externa dos EUA para o Oriente Médio e sua relação com a Arábia Saudita neste período, e se esse resultado foi consequência da revolução do xisto.

5 OBAMA, ARÁBIA SAUDITA E A REVOLUÇÃO DO XISTO

O resultado do *statecraft* saudita no governo Obama foi a concessão por parte do país, ou seja, os EUA continuaram sua parceria securitária com a Arábia Saudita durante esse período. Por conta da dominância do executivo na formação da política externa estadunidense, o estímulo econômico, somado aos custos da concessão e não concessão, primeiro chegaram ao cálculo político da liderança do país, a qual foi cooptada pela política saudita. Mesmo quando houve oposição por parte de grupos da sociedade estadunidense, Obama foi capaz de usar o alto *stateness* desfrutado pela sua administração de forma a continuar a parceria saudita.

Contudo, a relação entre os dois países sofreu transformações durante esse período, visto que a administração Obama visava mudar a maneira em que os EUA atuavam no Oriente Médio de forma a reduzir os comprometimentos do país na região e compartilhar os custos da segurança regional com seus aliados. Esse desejo de afastamento dos Estados Unidos de seu envolvimento na região, somado a discordâncias por conta da primavera árabe, Guerra Civil Síria e o acordo nuclear com o Irã acabaram gerando atritos na relação entre os dois países. Dessa forma, a presidência Obama deu sequência à parceria securitária com os sauditas, mas almejou compartilhar mais custos e responsabilidades com o Reino ao mesmo tempo que diminuir seu engajamento direto na região, causando um deterioramento nessa relação.

A seguir, será analisado o contexto doméstico e internacional na qual a política externa de Obama foi formada, de forma a explicar o desejo do presidente de alterar a maneira que os Estados Unidos atuavam no Oriente Médio. Após isto, serão expostos os principais pontos da estratégia da administração para a região, seguido dos resultados que essa política gerou ao longo do período. Finalmente, verificaremos as consequências que a atuação externa dos EUA teve em sua relação com a Arábia Saudita de forma a entender o estado da parceria ao final do mandato de Obama e averiguar o papel da revolução do Xisto em sua transformação.

5.1 CONTEXTO DOMÉSTICO E INTERNACIONAL

Como discutido anteriormente, após as eleições de 2008, os EUA enfrentavam a pior crise econômica em décadas assim como grandes custos provenientes da Guerra ao Terror (Gerges, 2013), o que direcionou grande parte da atenção do presidente à economia interna do país (Schulhofer-Wohl, 2021). Além disso, a política intervencionista de Bush havia deixado um legado de fadiga de guerra, medidas de austeridade e um extenso e custoso engajamento no Oriente Médio (Krieg, 2016). Em virtude desses fatores, uma das principais preocupações de

Obama ao iniciar seu governo era o balanço dos gastos nacionais, e a maneira de resolver esse problema seria através da revisão das prioridades e da forma do engajamento externo do país.

Essa visão foi também reforçada pela perspectiva do presidente sobre as mudanças geopolíticas que estavam ocorrendo ao longo do século XXI. A nova administração dos EUA acreditava que o centro de poder global estava se direcionando para a Ásia-Pacífico, de modo que a ascensão chinesa representava o maior desafio geopolítico estadunidense no longo prazo (Brands, 2017). Por conta disso, Barack Obama assumiu o poder executivo em 2009 visando corrigir o que ele via como um foco excessivo da administração Bush no Oriente Médio, colocando como objetivo reduzir os custos do envolvimento estadunidense nesta região, a qual era relativamente periférica para os interesses do país, e dar mais atenção à Ásia-Pacífico, que cada vez se tornava mais importante no cenário econômico e político mundial (Unger, 2016).

5.2 PRINCIPAIS PONTOS DA ESTRATÉGIA EXTERNA DE OBAMA

A estratégia externa do governo Obama apresenta tanto elementos de continuidade quanto de transformação em relação a administrações anteriores. Ela deu sequência ao esforço dos EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial em transformar a ordem internacional de modo que os favorecesse através de meios econômicos, diplomáticos e militares (Brands, 2017). Além disso, o novo governo adotou a tradicional perspectiva centrista e realista com relação ao Oriente Médio, buscando a manutenção do *status quo* regional com algumas correções (Gerges, 2013). Já a mudança se manifestou na maneira em que a administração realizou seu engajamento internacional para alcançar esse objetivo. Em especial, Obama pretendia se diferenciar das políticas de seu antecessor, se afastando do intervencionismo unilateral, abandonando o proselitismo da democracia através da força e recusando a ideia de que transformar sociedades, como almejado por Bush no Iraque, seria uma das responsabilidades do país (Santos; Teixeira, 2015).

Nesse sentido, as principais propostas trazidas pelo novo presidente eram de recuperar o prestígio internacional estadunidense, tentar manter a influência dos EUA no Oriente Médio de uma maneira que diminuísse os custos financeiros, humanos e políticos para o país (Krieg, 2016), ao mesmo tempo que reduzindo a prioridade da região na agenda externa do país em relação à Ásia-pacífico, a qual Obama via como mais importante aos interesses nacionais em comparação (Unger, 2016). Sua administração buscava avançar o primeiro ponto priorizando o uso da diplomacia, que em sua perspectiva havia sido negligenciada por Bush, assim como abandonando o unilateralismo em favor do multilateralismo e a cooperação (Krieg, 2016). A

abordagem diplomática não seria limitada a parceiros e aliados, visto que o governo também se mostrou aberto a dialogar com adversários, estratégia com a qual se esperava restaurar a boa vontade de atores internacionais e oportunidades diplomáticas alienadas durante o governo Bush, assim como possibilitar a criação de uma liderança estadunidense mais baseada no consenso e menos custosa (Brands, 2017).

Associado a esse último ponto, outro pilar da estratégia internacional de Obama era a redução do custo do engajamento do país no Oriente Médio, algo que para ele havia se tornado em si um dos interesses vitais dos EUA (Lynch, 2015). Além do maior uso da diplomacia, o presidente defendia maior cautela, prudência e precisão no uso do poder militar (Brands, 2017). Em primeiro lugar, ele argumentava que a força bélica deveria ser utilizada apenas para a defesa dos interesses vitais dos Estados Unidos, o que em prática significava a retirada de recursos militares do país no Oriente Médio, que em sua visão era uma região em que a nação possuía interesses periféricos (Unger, 2016). Paralelamente, em situações em que o uso da força fosse necessário, a nova administração propunha que se utilizassem operações leves, com menor uso direto de tropas estadunidenses e longe da visão do público, contando com objetivos claros e alvos precisos (Brands, 2017).

Além dessas mudanças na natureza das operações, Obama também desejava fazer o uso da força no Oriente Médio um processo multilateral, baseado na formação de coalizões de aliados com os quais os custos operacionais e estratégicos pudessem ser compartilhados. Este último ponto faz parte do objetivo maior da administração de reduzir as despesas com seu engajamento na região, e o método escolhido para isso seria por meio da delegação dos fardos da guerra para substitutos tecnológicos e humanos. Em primeiro lugar, Obama visava reduzir as perdas financeiras e humanas de suas operações militares com o uso de tecnologias como drones e ataques aéreos (Krieg, 2016). Somado a isso vinha a estratégia conhecida como *“leading from behind”*, na qual o governo democrata argumentava que seus parceiros árabes deveriam ter uma maior parcela da responsabilidade e dos custos com sua segurança e da região como um todo, cabendo aos EUA não protegê-los diretamente, mas treinar, equipar e auxiliar suas forças armadas para prepará-las a responder a ameaças autonomamente (Santos; Teixeira, 2015).

Dessa maneira, é possível observar que a política de Obama para o Oriente Médio não era de completo desengajamento na região, mas sim a transformação da maneira que o país se envolvia nela (Krieg, 2016). Apesar de a nova administração acreditar que Bush havia superestimado a importância desses países e sobrecarregado a atuação externa dos EUA, o Oriente Médio ainda continha para o governo algumas áreas importantes ao interesse nacional.

Dentre elas, é possível citar a proteção do fluxo de petróleo, a garantia da segurança de Israel, o combate ao terrorismo e a contenção da proliferação nuclear (Byman; Moller, 2016). Ao longo dos mandatos de Obama, a ameaça a esses objetivos por conta de crises regionais iriam desafiar a implementação de sua nova estratégia externa.

5.3 CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA DE OBAMA

Ao assumir o controle da Casa Branca em 2009, uma das primeiras tarefas de Obama era decidir o futuro das operações militares herdadas da administração Bush. Desde a campanha presidencial o democrata já argumentava que a invasão do Iraque havia sido uma aventura desnecessária e que tinha ativamente prejudicado os interesses nacionais (Gerges, 2013), fazendo com que o então candidato colocasse a retirada das tropas estadunidenses do país como uma de suas promessas de campanha. Em contraste, Obama sempre defendeu que a Guerra no Afeganistão era necessária, visto que o país servia de abrigo para grupos terroristas como a Al-Qaeda, cujo combate era um dos objetivos centrais do país (Unger, 2016).

Por conta disso, uma de suas primeiras decisões na região foi de aproximadamente triplicar número de tropas no Afeganistão (Unger, 2016), a qual para se manter coerente com sua estratégia de operações com objetivos claros e precisos, foi anunciada juntamente com a imposição de um tempo limite para essa expansão no envolvimento bélico. Já a retirada do Iraque aconteceu de forma gradual desde 2009, até sua desocupação completa do país em dezembro de 2011 (Brands, 2017). A prioridade da administração na época era concentrar seus recursos em direção ao Afeganistão e Paquistão para dismantelar a Al-Qaeda e impedir que a organização se reagrupasse em outro local, enquanto no Iraque, onde a inteligência do país não acreditava que terroristas poderiam se abrigar, o plano era de se retirar o quanto antes (Santos; Teixeira, 2015).

Em virtude deste foco na luta contra o terrorismo, desde o início do governo Obama a parceria com a Arábia Saudita se mostrou de grande valor, visto que o país era um dos principais aliados regionais dos EUA na luta contra a Al-Qaeda. Os parceiros do Oriente Médio em geral eram essenciais para o contraterrorismo, visto que eram uma fonte insubstituível de inteligência para o exército estadunidense, o qual podia consolidar as informações dos diferentes países para criar uma estratégia compreensiva e coordenar uma ação conjunta (Byman; Moller, 2016). Além disso, a estabilidade da região também se mostrou central para a defesa dos interesses dos Estados Unidos, visto que nações anárquicas eram vistas como a causa do problema do

terrorismo, já que permitiam que esses grupos criassem bases em seus territórios e angariassem recursos para realizar suas operações (Santos; Teixeira, 2015).

A primeira crise regional enfrentada pelo governo Obama foi em 2011 com o início da Primavera Árabe, que consistiu em uma série de revoltas populares contra regimes autoritários em países do Norte da África e no Oriente Médio (Pinto, 2012). Essa crise se mostrou um desafio para a estratégia externa da nova administração, visto que ao mesmo tempo que ela representava a maior oportunidade de disseminação da democracia desde a Guerra fria, um valor que ainda era presente no discurso estadunidense, o governo Obama não se mostrava disposto a arcar com os custos de apoiar materialmente esses movimentos (Santos; Teixeira, 2015). Somado a isso, grande parte dos regimes autoritários que foram alvo dessas revoltas faziam parte da ordem regional apoiada pelos EUA e seus aliados, sendo incerto o futuro alinhamento desses países caso os movimentos populares tivessem sucesso (Lynch, 2015).

Em virtude desses interesses contraditórios quanto à primavera árabe, a administração Obama decidiu responder diferentemente de país a país, priorizando os interesses nacionais estadunidenses nas esferas econômica, energética e securitária que estavam em jogo (Pinto, 2012). No Egito, um aliado de Washington e peça essencial para a segurança de Israel (Byman; Moller, 2016), a Casa Branca demorou para agir, visto que seu aparato de inteligência erroneamente assumiu que o regime de Mubarak era estável. A medida que os protestos egípcios ganharam força, os EUA passaram a pedir por uma transição à democracia, até que Mubarak foi forçado a renunciar ao poder e Obama alterou seu discurso, colocando seu apoio total aos manifestantes (Pinto, 2012). A resposta ambígua do governo aos protestos no Egito angariou críticas domésticas (Schulhofer-Wohl, 2021) e internacionais, com seus aliados árabes, dentre eles a Arábia Saudita, condenando o abandono de Mubarak e vendo com ceticismo o comprometimento futuro dos Estado Unidos com seus parceiros (Pinto, 2012).

A erupção de protestos no Bahrein também se mostrou problemática para Washington. O país insular do Golfo Pérsico é um parceiro estratégico dos EUA, sendo a base da Quinta Frota do país, ao mesmo tempo que a estabilidade da monarquia bahreinita é essencial para a Arábia Saudita (Pinto, 2012), a qual teria sua segurança ameaçada por uma revolução islâmica em seu país vizinho, principalmente com a possibilidade do Irã expandir sua influência no Golfo Pérsico (Fürtig, 2014). Por conta disso, quando a monarquia do Bahrein juntamente com forças da Arábia Saudita reprimiu as manifestações no país, o governo estadunidense decidiu ignorar essa supressão de demandas populares, julgando ser mais benéfico não alienar seus parceiros árabes após suas desavenças no Egito (Lynch, 2015).

De maneira similar a estes exemplos, quando se iniciaram as revoltas contra o regime de Gaddafi na Líbia, Obama decidiu por não utilizar a força militar quando as manifestações foram reprimidas com violência, preferindo fazer uso de meios diplomáticos e econômicos para pressionar o governo líbio. Porém, com o avanço das forças de Gaddafi contra os rebeldes e a escalada da oposição internacional ao seu regime, a administração democrata julgou que uma intervenção militar seria uma boa oportunidade de alinhar os interesses e os valores estadunidenses (Pinto, 2012). A derrubada do regime líbio foi vista como uma oportunidade para os EUA salvaguardar seu discurso de defesa da democracia e direitos humanos, cujo prestígio havia sido danificado com a inação frente às outras manifestações árabes (Burns; Stravers, 2020).

Apesar de ir contra sua doutrina de evitar o uso da força a não ser para defender interesses vitais do país, Obama seguiu sua estratégia de *leading from behind* na maneira que interveio. A operação militar foi feita de maneira multilateral com uma coalizão de aliados, os quais tomaram a maior parte da responsabilidade enquanto os EUA participaram de forma limitada e sem uso direto de tropas (Brands, 2016). Apesar da intervenção na Líbia ter sido pouco custosa para o governo estadunidense e ter obtido sucesso em depor Gaddafi, a operação foi considerada uma falha pelo próprio presidente, visto que a coalizão não tinha um plano para lidar com o vácuo de poder após a queda do regime, criando um país dividido que se tornou fonte de instabilidade para a região e um abrigo para grupos terroristas (Unger, 2016).

De forma similar ao que ocorreu no Egito, a administração Obama hesitou na sua reação à erupção da Primavera Árabe na Síria, escolhendo primeiramente pedir por reformas no regime de Assad, e alguns meses depois, quando não existia mais perspectiva para tal, passou a demandar sua deposição. Com o início da guerra civil no país, os EUA decidiram se afastar da estratégia empregada na Líbia e não intervir diretamente, mas ainda assim não acreditavam que a crise no país seria resolvida sem algum tipo de apoio militar (Schulhofer-Wohl, 2021). Para tal, Obama agiu de acordo com sua doutrina de delegar o fardo da guerra (Krieg, 2016), trabalhando de modo a fortalecer a oposição moderada a Assad política e militarmente como uma forma de forçar o ditador à negociação. Isso foi feito a partir de um programa de transferência de armas feito em segredo e facilitado por aliados regionais, dentre eles a Arábia Saudita (Schulhofer-Wohl, 2021). Diferentemente das outras insurreições, a monarquia saudita apoiou o movimento contra Assad, visto que o regime sírio era um aliado iraniano e sua remoção era uma oportunidade de reduzir a influência do Irã na região (Weddington, 2017).

O discurso de Obama se transformou quando em 2012 Assad indicou que possivelmente faria uso de armas químicas na guerra, levando o presidente a pronunciar um ultimato ao

governo sírio, declarando que o uso de armamento químico era uma “linha vermelha” aos EUA que os levaria a utilizar a força contra o regime (Schulhofer-Wohl, 2021). No ano seguinte, o governo Assad utilizou armas químicas contra áreas controladas pela oposição em Ghouta, criando uma pressão doméstica e internacional para o governo estadunidense cumprir com a sua ameaça. Porém, o discurso da “linha vermelha” provou ter sido um erro para Obama, visto que o presidente se encontrava reticente em intervir na Síria da forma que fez na Líbia (Burns; Stravers, 2020).

Em primeiro lugar, para a administração, cujo uma das principais doutrinas externas era afastar-se do legado intervencionista de Bush e reduzir os custos do engajamento no Oriente Médio, uma intervenção na Síria representava um potencial desastre da dimensão do Iraque. Além disso, uma operação militar no país contava com oposição doméstica, com diversos congressistas republicanos argumentando que os custos de mais uma intervenção seriam muito altos (Burns; Stravers, 2020), ao mesmo tempo que não dispunha do apoio internacional como no caso da Síria, visto que a resolução contra o governo Assad foi vetada no Conselho de Segurança da ONU e aliados estadunidenses como o Reino Unido e o Canadá já haviam declarado que não seriam participantes (Schulhofer-Wohl, 2021). Finalmente, Obama também preferia a cautela no caso da Síria considerando a aliança de Assad com o Irã, a incerteza quanto ao futuro governo do país e sua relação com Israel caso o regime atual fosse derrubado, assim como a experiência do fracasso na intervenção na Líbia (Pinto, 2012).

Por conta destes fatores, a presidência decidiu abandonar o uso da força bélica na Síria. Já a Arábia Saudita condenou a decisão de abandonar o ultimato, argumentando que esse recuo colocava em dúvida o comprometimento dos EUA com a segurança da região (Lima, 2023). A Primavera Árabe como um todo representou uma ameaça ao Reino Saudita, que temia que revoluções na região poderiam avançar os interesses do Irã e incentivar manifestações contra a Casa de Saud, de modo que a monarquia adotou uma estratégia de utilizar o poder bélico e financeiro para impedir insurreições em seus vizinhos (Byman; Moller, 2016). Nesse sentido, a Arábia Saudita condenou o engajamento positivo dos EUA com os manifestantes da Primavera Árabe na Tunísia e no Egito, assim como os pedidos por reformas democráticas, criticando esse posicionamento como ingênuo e perigoso (Gerges, 2013).

A instabilidade gerada pela Guerra Civil Síria também daria origem a mais uma ameaça para os interesses dos EUA na região: o Estado Islâmico (EI). Conseguindo ganhar uma quantidade significativa de força e território na Síria e no Iraque após 2014, o EI, além de um potencial perigo ao território estadunidense e de seus aliados europeus (Burns; Stravers, 2020), também passou a representar uma ameaça existencial ao governo iraquiano (Schulhofer-Wohl,

2021). A insuficiência das forças armadas do Iraque para se proteger contra o avanço do EI demonstrou um fracasso da estratégia de “*leading from behind*” de Obama, visto que ela tinha como objetivo fortalecer seus parceiros na região que eles tivessem a capacidade de se defender por conta própria em situações como esta (Santos; Teixeira, 2015). Como resultado, a administração Obama interveio na Síria e no Iraque agora que interesses nacionais estavam sendo ameaçados, e assim como na Líbia fez uso de substitutos tecnológicos para reduzir o custo da ação militar (Krieg, 2016).

Além das consequências causadas pela primavera árabe, outro desafio para os Estados Unidos na região era o programa nuclear iraniano, o qual na percepção da Casa Branca tinha o potencial de ser uma ameaça existencial a Israel e à segurança do fluxo de petróleo, assim como tinha a capacidade de gerar uma corrida armamentista na região (Byman; Moller, 2016). Para evitar os erros da administração anterior, Obama defendeu a tentativa de uma solução diplomática para este desafio, argumentando que essa opção seria menos custosa e melhoraria a imagem internacional do país (Brands, 2016). Apesar de se distanciar do uso da força bélica, Obama empregou sanções multinacionais contra o Irã de modo a forçar o país à negociação (Unger, 2016). A Revolução do Xisto contribuiu significativamente para essa ação, visto que o aumento da produção de petróleo estadunidense foi capaz de compensar o produto iraniano sancionado, auxiliando os EUA a convencer outros países a participar na pressão multilateral sem depender de outros exportadores de energia (Makdessy, 2021).

Com o peso das sanções sobre a economia do país, o Irã concordou em 2012 a iniciar negociações multilaterais sobre seu programa nuclear junto aos EUA, Alemanha, Reino Unido, França, China e Rússia, o que teria sucesso em gerar um acordo em 2015. Para a administração democrata essa foi uma importante vitória, visto que caso as provisões do acordo fossem seguidas, o programa nuclear bélico iraniano seria congelado por ao menos uma década, um tempo mais longo e por um custo menor do que a alternativa militar poderia ter alcançado (Brands, 2017). Contudo, o acordo com o Irã sofreu forte oposição e críticas tanto no Congresso quanto dos Aliados regionais dos EUA, os quais argumentaram que as negociações haviam ajudado a fortalecer a influência iraniana na região por conta da abertura diplomática e relaxamento das sanções (Lynch, 2015).

Dentre os críticos à política de Obama com relação ao Irã estava a Arábia Saudita, a qual desde a invasão do Iraque já se preocupava com a expansão da influência iraniana no Oriente Médio por conta das ações dos EUA (Riedel, 2018). A monarquia saudita temia que, além de conceder maior acesso a recursos econômicos e políticos a Teerã, o acordo com Irã iria significar uma aproximação dos governos estadunidense e iraniano às custas da Arábia Saudita

(Tarock, 2016). Somado a isso, por conta do discurso de Obama com relação à redução do engajamento na região, os sauditas também tinham receio de que o acordo motivaria o presidente a abandonar o Oriente Médio, visto que ele havia eliminado uma das principais ameaças aos interesses regionais dos EUA (Weddington, 2017). Esse medo do afastamento foi aumentado por episódios como o abandono de Mubarak e a decisão de não cumprir com a ameaça contra Assad, os quais para o Reino sinalizaram um menor comprometimento estadunidense com a segurança da região (Pasha, 2016).

Neste caso, Obama utilizou o alto *stateness* do seu governo para aprovar uma política oposta aos objetivos do *statecraft* saudita, mesmo enfrentando oposição doméstica de congressistas que acreditavam que a negociação com o Irã fortaleceria a influência de um inimigo do país e seria uma “declaração de guerra” a Israel e os aliados árabes do país (Nossel, 2015). O congresso republicano do segundo mandato Obama se opunha em sua maioria ao acordo nuclear, de forma que o presidente não conseguiria avançar sua agenda caso fosse necessário os dois terços de votos favoráveis no Senado para aprovar um tratado. Para contornar essa resistência, Obama se utilizou da autonomia da presidência para aplicar o acordo através de um acordo executivo, revertendo a situação de forma que agora a oposição precisava dos dois terços para bloquear a política do presidente, o que garantiu a vitória ao governo Obama através de um *filibuster* da minoria democrata no Senado (Sherman, 2018).

Portanto, é possível observar que a administração Obama teve sucesso em transformar a maneira em que os Estados Unidos se inseriram no Oriente Médio, priorizando o uso da diplomacia e de pressão política e econômica acima da força bélica. Além disso, quando intervenções militares foram utilizadas, elas foram feitas de modo a minimizar os custos para o país. Por outro lado, o presidente falhou em concretizar um dos pilares de sua estratégia externa: reduzir o engajamento do país na região. A eclosão de diversas crises na região, somada à demora em finalizar as negociações com o Irã, fizeram com que o Oriente Médio estivesse constantemente no topo da agenda externa estadunidense, necessitando mais atenção e recursos do país que o desejado (Unger, 2016).

Em sua relação com a Arábia Saudita, a presidência de Obama resultou na continuação de sua parceria com o país, como evidenciado pela extensa cooperação militar em áreas como o contraterrorismo e no apoio à oposição síria (Byman; Moller, 2016), e também pelo fato do reino saudita ter sido o principal comprador de armamentos estadunidenses durante o período (Thrall; Dorminey, 2018). Por outro lado, a percepção saudita sobre os EUA foi significativamente deteriorada por conta das políticas da nova administração, as quais causaram o temor na monarquia saudita de que o comprometimento estadunidense com a segurança do país

havia sido enfraquecido. Apesar disso, não é possível dizer que o afastamento da Arábia Saudita era uma política deliberada por parte da administração Obama, visto que seu governo ainda considerava sua parceria essencial para o combate ao terrorismo, a regulação do mercado de petróleo e a estabilidade do Oriente Médio.

5.4 PARCERIA EUA-ARÁBIA SAUDITA E A REVOLUÇÃO DO XISTO

Considerando os resultados da política de Obama para o Oriente Médio, podemos concluir que a Revolução do Xisto não gerou uma ruptura da parceria entre EUA e Arábia Saudita. Em primeiro lugar, isso se deve pelo fato de que, assim como visto no Capítulo 3 durante a Guerra Fria, a relação entre os dois países não se limitou aos recursos energéticos, já que a monarquia saudita foi essencial para os objetivos estadunidenses em áreas como o contraterrorismo. Além disso, mesmo na esfera energética o país se manteve essencial aos interesses dos EUA, visto que os sauditas tinham um poder único no mercado de petróleo por conta de sua grande parcela de mercado, capacidade ociosa e influência sobre a OPEP. Dessa forma, o *statecraft* saudita teve sucesso no seu objetivo de manter a parceria securitária.

Por outro lado, o trabalho de Hughes (2014) demonstra que a maior independência energética nos EUA tem a capacidade de reduzir o apoio de políticos do país a intervenções externas visando garantir a segurança energética do país. Portanto, apesar de especialistas argumentarem que o aumento da produção de petróleo estadunidense não necessariamente se traduz em mais segurança energética ao país por conta do caráter internacional do mercado do insumo, é possível que a revolução do xisto tenha afetado a percepção dos membros do governo quanto à necessidade do envolvimento no Oriente Médio. Apesar disso, é importante notar que os principais argumentos do presidente Obama para justificar as mudanças no engajamento no Oriente Médio se referiam aos grandes custos da estratégia empregada por Bush, e não pela falta de necessidade de garantir acesso ao petróleo da região, o qual, pelo contrário, era considerado um objetivo central para o país (Obama, 2010).

Como discutido no capítulo 4, além da continuidade de sua parceria securitária, outro objetivo do *statecraft* econômico saudita era garantir o apoio dos EUA a seus interesses securitários na região, o que na percepção da monarquia não foi obtido em casos como em sua pretensão de depor o regime Assad ou de isolar o Irã (Pasha, 2016). Considerando a capacidade da maior independência energética em diminuir o apoio a políticas de segurança energética no Oriente Médio, é possível que a revolução do xisto tenha sido um fator que diminuiu os custos políticos de ignorar a oposição saudita a algumas das decisões de Obama. Além disso, o fato

da Revolução do Xisto ter elevado consideravelmente a quantidade de petróleo no mercado e a estabilidade do seu acesso pode ter reduzido a importância das reservas e capacidade ociosa de produção sauditas na visão do governo dos EUA (Hughes; Long, 2015).

Em contrapartida, mesmo que a administração Obama tenha executado políticas no Oriente Médio que desagradaram a monarquia saudita, o sentimento de abandono que elas causaram no Reino não foi um resultado proposital dessas decisões. No caso do acordo nuclear do Irã, por exemplo, o presidente tentou reafirmar a Arábia Saudita de que os EUA não deixariam a região desamparada frente ao expansionismo iraniano (Pasha, 2016). Como consequência dessa percepção de abandono frente a um Irã fortalecido, a política externa saudita se tornou mais assertiva durante a presidência de Obama, com o principal exemplo sendo a intervenção promovida por Riade no Iêmen com o objetivo de impedir a vitória dos Houthis, os quais eram aliados iranianos (Darwich, 2018).

Neste caso, assim como no Bahrein, os Estados Unidos não se opuseram à iniciativa saudita, mesmo frente a críticas domésticas (Blanchard, 2016), demonstrando que a presidência ainda se preocupava em apoiar alguns dos interesses securitários sauditas na região. No caso da Guerra Civil Iemenita, quando senadores criticaram a proposta de venda de armas para a Arábia Saudita por questões humanitárias em 2015, o Departamento de Defesa defendeu a transferência de armamentos argumentando que ela era essencial para manter laços diplomáticos e securitários centrais para a manutenção da paz e da estabilidade no Golfo Pérsico (Hudson, 2015). Tentativas por parte de congressistas em limitar a transferência de armas para a monarquia ganharam mais força ao longo de 2016, mas continuaram sem êxito (Blanchard; Humud; Sharp, 2022). Além disso, em 2016 o poder legislativo também aprovou um projeto de lei que permitia famílias afetadas pelos atentados de 11 de setembro a processarem o governo saudita pela sua possível participação, derrotando também o veto de Obama sobre a lei, a única vez que isto ocorreu em seu mandato (Culhane, 2016).

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do capítulo verificamos que o contexto doméstico e internacional herdado por Obama motivou o presidente a perseguir uma política externa de mudança de engajamento no Oriente Médio, tendo como objetivo rebalancear o que ele via como uma quantidade desnecessariamente grande de recursos utilizados na região, mas sem sacrificar a ordem regional que o país havia construído ao longo de décadas. Além disso, o presidente buscou focar seus esforços em combater as principais ameaças aos interesses estadunidenses na região: o

terrorismo e o programa nuclear iraniano. A nova administração também tentou transformar a maneira que combatia essas ameaças, buscando fazer uso de operações militares menos custosas e sem uso direto de tropas, fazendo uso da diplomacia no caso do Irã, assim como procurando agir de forma mais multilateral e colocando mais responsabilidades para seus aliados regionais.

Em sua implementação de fato, observamos que grande parte das mudanças no engajamento estadunidense foram efetuadas, mas objetivo central de rebalancear os recursos alocados ao Oriente Médio não foi um completo sucesso, visto que as constantes crises na região continuaram a ocupar a atenção do país ao longo de todo o mandato de Obama. Em geral o governo estadunidense trabalhou de forma a manter o status quo regional com algumas correções, inclusive mantendo a parceria securitária com a Arábia Saudita. Apesar disso, o discurso de Obama, somado a suas decisões quanto ao Egito, a Síria e o Irã, transmitiram à liderança saudita uma sensação de abandono por parte dos EUA e de seus interesses securitários não estavam sendo respeitados pelo país, gerando atritos em sua relação.

Portanto, conclui-se que o *statecraft* econômico saudita foi capaz de convencer o presidente Obama a manter a parceria securitária do país, mas não teve a capacidade de aplicar custos suficientes para que os EUA apoiassem integralmente os interesses securitários sauditas na região. Portanto, de acordo com a definição utilizada no trabalho, os incentivos econômicos tiveram sucesso, visto que eles contribuíram de forma a transformar a política estadunidense para atingir vários dos objetivos sauditas, apesar de não todos eles. Enquanto é possível argumentar que a revolução do xisto possa ter reduzido o poder de influência dos estímulos econômicos sauditas, consideramos que sua falha é atribuída em maior parte a outros fatores, em especial o desejo de Obama de se afastar do legado da administração Bush e de reduzir os custos do engajamento no Oriente Médio.

Seja por conta dos benefícios trazidos pelo petróleo saudita ou pela utilidade de sua cooperação na estabilidade regional e no contraterrorismo, a presidência decidiu prosseguir a cooperação securitária com a Arábia Saudita e tentou reafirmar à monarquia que suas políticas não trariam efeitos negativos aos seus interesses na região. Ao ser convencido, ao menos parcialmente, pelo *statecraft* econômico saudita, Obama então utilizaria com sucesso o alto *stateness* de seu governo para superar a oposição doméstica ao seu apoio à Arábia Saudita, principalmente ao final de seu mandato. Apesar disso, o presidente também se utilizou do *stateness* para contornar a resistência de grupos internos cooptados pelo *statecraft* econômico saudita no caso do acordo nuclear com o Irã.

6 CONCLUSÃO

A parceria securitária entre Arábia Saudita e Estados Unidos teve início ao fim da Segunda Guerra Mundial, tendo como base o acordo de energia por segurança somado a interesses estratégicos comuns. Ao fim do governo Obama, vemos a continuidade dessa parceria, em geral sustentada por esses mesmos dois pontos. Enquanto a necessidade estadunidense em garantir o acesso ao petróleo saudita se manteve a mesma, os interesses estratégicos mudaram completamente. Na guerra fria os dois países compartilharam o interesse de combater a propagação do comunismo no Oriente Médio, já no século XXI a ameaça comum havia se tornado o terrorismo e o Irã.

Assim como observado durante a história diplomática entre os países, durante a administração Obama, a relação EUA-Arábia Saudita sofreu atritos por conta de diferenças entre a estratégia estadunidense para o Oriente Médio e os interesses securitários sauditas. Da mesma forma que ocorreu historicamente, durante esse período a parceria securitária também sobreviveu a estas discordâncias, visto que os benefícios oferecidos pela Arábia Saudita aos Estados Unidos eram vantajosos demais para serem abandonados. Já a monarquia saudita não tinha escolha senão adquirir a proteção securitária estadunidense, visto que naquele momento não havia outro Estado que pudesse oferecer o mesmo grau de segurança ao reino.

Apesar do aumento da produção de petróleo estadunidense proveniente da revolução do xisto ter diminuídos os custos políticos de não conceder às demandas sauditas, isso não foi suficiente para criar uma ruptura de sua parceria com a Arábia Saudita. Por outro lado, é possível que ela tenha influenciado na adoção de políticas que geraram atritos entre os países. Porém, mesmo neste caso, fatores como a fadiga de guerra no público estadunidense e o desejo de Obama de reduzir os custos do engajamento no Oriente Médio tiveram um efeito maior na atuação dos EUA. Além disso, a revolução do xisto pouco afetou o nível do *stateness* estadunidense, visto que sua capacidade econômica não dependia tanto da produção de petróleo.

Dessa forma, podemos concluir que no futuro próximo a Arábia Saudita continuará a ser um aliado essencial aos EUA por conta de sua alta parcela da produção de petróleo mundial e inigualável capacidade ociosa de produção. O mesmo pode ser dito no caso da monarquia saudita, que em geral havia ainda mais incentivos do que o governo estadunidense, visto que a proteção externa é uma necessidade existencial para o reino. Como observado ao longo de sua história, atritos entre as duas nações foram comuns por conta de discordâncias geopolíticas, mas nunca foram suficientes para afastar definitivamente os países. Porém existe a

possibilidade desse cenário se alterar nas próximas décadas, visto que podem surgir oportunidades alternativas para a Arábia Saudita garantir sua segurança nacional.

Enquanto na Guerra Fria a única potência com capacidades comparáveis aos EUA eram a União Soviética, a qual era uma ameaça à monarquia tradicionalista saudita, no pós-guerra fria já nenhum país dispunha de poder semelhante para assegurar a segurança do reino. Porém, como o próprio governo Obama reconheceu, ao longo do século XXI foi possível observar a ascensão do poderio Chinês e o ressurgimento da Rússia como ator no Oriente Médio. Apesar desses dois países não conseguirem rivalizar a influência estadunidense na região durante a administração Obama, o surgimento de fontes alternativas de segurança para a monarquia saudita pode dar ao país maior poder de barganha frente à proteção dos EUA, abrindo a possibilidade de uma futura transformação nessa parceria.

REFERÊNCIAS

- ABC NEWS. **Bush Asks Saudi King to Open Oil Spigots**. 2009. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Business/GasCrisis/story?id=4141964&page=1>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- ALLEN, Michael; FLYNN, Michael e; MACHAIN, Carla Martinez. US global military deployments, 1950–2020*. **Conflict Management And Peace Science**, Thousand Oaks, v. 39, n. 3, p. 351-370, 28 jul. 2021.
- AL-MARASHI, Ibrahim. Iraq, Saudi Arabia, and the Counter-Shock. In: BASOSI, Duccio; GARAVINI, Giuliano; TRENTIN, Massimiliano (ed.). **Oil Counter-Shock: the price collapse of the 1980s**. Londres: I.B.Tauris, 2018. p. 140-157.
- AL-MONEEF, Majid. Saudi Arabia and the Counter-Shock of 1986. In: BASOSI, Duccio; GARAVINI, Giuliano; TRENTIN, Massimiliano (ed.). **Oil Counter-Shock: the price collapse of the 1980s**. Londres: I.B.Tauris, 2018. p. 99-116.
- AL-SAUD, Naef Bin Ahmed. **Underpinning Saudi National Security Strategy**. Washington, D.C: National Defense University, 2002. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA483704.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- ANDERSON, Irvine. **Aramco, the United States, and Saudi Arabia: a study of the dynamics of foreign oil policy, 1933-1950**. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- ANDERSON, Jeffrey. **Economic Growth by President**. 2016. Disponível em: <https://www.hudson.org/economics/economic-growth-by-president>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- ARRARÁS, Astrid; POWER, Timothy J. The social basis of separatism: explaining support for the Puerto Rican Independence Movement. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15913>. Acesso em: 25 maio. 2024.
- AUSTIN, Jan (ed.). **CQ Almanac 2020**. Washington, D.C: Cq-Roll Call Group, 2021.
- BALDWIN, David. **Economic Statecraft**. Princeton: Princeton University Press, 2020.
- Banco Mundial. **World Bank Open Data**. 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- BLACK, Ian. **Barack Obama to authorise record \$60bn Saudi arms sale**. 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2010/sep/13/us-saudi-arabia-arms-deal>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- BLACKWILL, Robert; O'SULLIVAN, Meghan. **America's Energy Edge: the geopolitical consequences of the shale revolution**. The Geopolitical Consequences of the Shale Revolution. 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/americas-energy-edge>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BLANCHARD, Christopher. **Saudi Arabia**: background and u.s. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2009. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA501305.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BLANCHARD, Christopher. **Saudi Arabia**: background and u.s. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2012. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA584521.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BLANCHARD, Christopher. **Saudi Arabia**: background and u.s. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2009. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA513529.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BLANCHARD, Christopher. **Saudi Arabia**: background and u.s. relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1017814.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

BLANCHARD, Christopher; HUMUD, Carla; SHARP, Jeremy. **Congress and the War in Yemen: Oversight and Legislation 2015-2021**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2022. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/mideast/R45046.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

BLANCHARD, Jean-Marc; RIPSAN, Norrin. **Economic Statecraft and Foreign Policy: sanctions, incentives, and target state calculations**. Nova Iorque: Routledge, 2013.

BORDOFF, Jason; DESHPANDE, Manasi; NOEL, Pascal. Understanding the Interaction between Energy Security and Climate Change Policy. In: Carlos PASCUAL & Jonathan ELKIND. **Energy Security: Economics, Politics, Strategies, and Implications**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2010, pp. 209-248.

BOUCHET, Nicolas. The democracy tradition in US foreign policy and the Obama presidency. **International Affairs**, Oxford, v. 89, n. 1, p. 31-51, jan. 2013. Oxford University Press (OUP).

BRANDS, Henry. George Bush and the Gulf War of 1991. **Presidential Studies Quarterly**, Hoboken, v. 34, n. 1, p. 113-131, 18 fev. 2004.

BRANDS, Hal. Barack Obama and the Dilemmas of American Grand Strategy. **The Washington Quarterly**, San Diego, v. 39, n. 4, p. 101-125, out. 2016.

BRONSON, Rachel. **Thicker than oil: america's uneasy partnership with saudi arabia**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

BURNS, Sarah; STRAVERS, Andrew. Obama, Congress, and Audience Costs: shifting the blame on the red line. **Political Science Quarterly**, Nova Iorque, v. 135, n. 1, p. 67-101, 2020.

BYMAN, Daniel; MOLLER, Sara Bjerg. The United States and the Middle East: interests, risks, costs. In: SURI, Jeremi; VALENTINO, Benjamin (ed.). **Sustainable Security: rethinking american national security strategy**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016. p. 263-296.

Casa Branca. **Historical Tables**: table 1.1 - summary of receipts, outlays, and surpluses or deficits (-): 1789-2029. 2024. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/omb/budget/historical-tables/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CLAPPER, James. **WORLDWIDE THREAT ASSESSMENT of the US INTELLIGENCE COMMUNITY**. 2012. Disponível em: https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Testimonies/20120216_SASC%20Final%20Unclassified%20-%202012%20ATA%20SFR.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

CLAPPER, James. **WORLDWIDE THREAT ASSESSMENT of the US INTELLIGENCE COMMUNITY**. 2016. Disponível em: https://www.dni.gov/files/documents/SASC_Unclassified_2016_ATA_SFR_FINAL.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

CNN. **Bush urges Saudis to increase oil production**. 2005. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2005/US/04/25/bush.saudi/index.html>. Acesso em: 21 mar. 2024.

CULHANE, Patty. **Patty Culhane**. 2016. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2016/9/29/the-truth-about-the-saudi-bill>. Acesso em: 26 maio 2024.

DAOUDI, Mohammed; DAJANI, Munther. The 1967 Oil Embargo Revisited. **Journal Of Palestine Studies**, Berkeley, v. 13, n. 2, p. 65-90, jan. 1984.

DARWICH, May. The Saudi Intervention in Yemen: struggling for status. **Insight Turkey**, Ankara, v. 20, n. 2, p. 125-142, abr. 2018.

Departamento de Energia. **SPR Quick Facts**. 2024. Disponível em: <https://www.energy.gov/ceser/spr-quick-facts>. Acesso em: 15 abr. 2024

DONILON, Tom. **Energy and American Power: farewell to declinism**. Farewell to Declinism. 2013. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2013-06-15/energy-and-american-power>. Acesso em: 28 mar. 2024.

EIA. **Country Analysis Brief: Saudi Arabia**. 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/country/SAU>. Acesso em: 21 mar. 2024.

EIA. **GLOBAL SURPLUS CRUDE OIL PRODUCTION CAPACITY**. 2022. Disponível em: https://www.eia.gov/international/analysis/special-topics/Global_Surplus_Crude_Oil_Production_Capacity. Acesso em: 21 mar. 2024.

EIA. **Oil and petroleum products explained**: where our oil comes from. 2023. Disponível em: <https://www.eia.gov/energyexplained/oil-and-petroleum-products/where-our-oil-comes-from.php>. Acesso em: 20 mar. 2024.

EIA. **U.S. Imports by Country of Origin**. 2024. Disponível em: https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_ep00_im0_mbbldpd_a.htm. Acesso em: 21 mar. 2024.

ELASS, Jareer; JAFFE, Amy Myers. **The History of U.S. Relations with OPEC**: lessons to policymakers. Houston: James A. Baker III Institute For Public Policy, 2010. Disponível em:

<https://www.ourenergypolicy.org/resources/the-history-of-u-s-relations-with-opec-lessons-to-policymakers/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Escritório do Historiador. **Party Divisions of the House of Representatives, 1789 to Present**. 2024. Disponível em: <https://history.house.gov/Institution/Party-Divisions/Party-Divisions/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Constituição (2007)]. **The Constitution Of The United States Of America: As Amended**. Washington D.C.: United States Government Printing Office, Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CDOC-110hdoc50/pdf/CDOC-110hdoc50.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Authorization For Use Of Military Force**. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, 2001.

EUROSTAT. **Imports of oil and petroleum products by partner country**. 2024. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/nrg_ti_oil__custom_10516558/default/table?lang=en. Acesso em: 21 mar. 2024.

FATTOUH, Bassam; SEN, Anupama. The Past, Present, and Future Role of OPEC. In: GRAAF, Thijs van de. **The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy**. Londres: Palgrave Macmillan London, 2016. p. 73-94.

FAVERO, Giovanni; FALOPPA, Angela. Price Regimes, Price Series and Price Trends: oil shocks and counter-shocks in historical perspective. In: BASOSI, Duccio; GARAVINI, Giuliano; TRENTIN, Massimiliano (ed.). **Oil Counter-Shock: the price collapse of the 1980s**. Londres: I.B.Tauris, 2018. p. 15-34.

FBI. **UCR Publications**. 2024. Disponível em: <https://www.fbi.gov/how-we-can-help-you/more-fbi-services-and-information/ucr/publications>. Acesso em: 16 abr. 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Real GDP growth: annual percent change**. Annual percent change. 2024. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/USA?zoom=USA&highlight=USA. Acesso em: 22 abr. 2024.

FURMAN, Jason. The Fiscal Response to the Great Recession: steps taken, paths rejected, and lessons for next time. In: BERNANKE, Ben (ed.). **First Responders: inside the u.s. strategy for fighting the 2007-2009 global financial crisis**. New Haven: Yale University Press, 2020. p. 451-488.

FURMAN, Jason; SUMMERS, Lawrence. **Who's Afraid of Budget Deficits?: how washington should end its debt obsession**. How Washington Should End Its Debt Obsession. 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/whos-afraid-budget-deficits>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FÜRTIG, Henner. Iran: winner or loser of the “arab spring”?. In: FÜRTIG, Henner (ed.). **Regional Powers in the Middle East: new constellations after the arab revolts**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014. p. 23-41.

GALLUP. **Presidential Approval Ratings -- Barack Obama**. 2024. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/116479/barack-obama-presidential-job-approval.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GERGES, Fawaz. The Obama approach to the Middle East: the end of America's moment?. **International Affairs**, Oxford, v. 89, n. 2, p. 299-323, mar. 2013.

GOLDTHAU, Andreas. Energy Diplomacy in Trade and Investment of Oil and Gas. In: GOLDTHAU, Andreas; WITTE, Jan Martin (ed.). **Global energy governance: the new rules of the game**. Berlim: Global Public Policy Institute, 2010. p. 25-48.

GOLDTHAU, Andreas; WITTE, Jan Martin. Assessing OPEC's Performance in Global Energy. **Global Policy**, Londres, v. 2, n. 1, p. 31-39, set. 2011.

GORDON, David; et al. **U.S. geopolitical challenges and opportunities in the era of lower oil prices**. Washington, D.C: Center For A New American Security, 2018.

GRAHAM, John. **Bush on the home front: domestic policy triumphs and setbacks**. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

GRAHAM, John. **Obama on the home front: domestic policy triumphs and setbacks**. Bloomington: Indiana University Press, 2016.

HAMILTON, James. Historical Oil Shocks. In: PARKER, Randall; WHAPLES, Robert (ed.). **Routledge Handbook of Major Events in Economic History**. Nova Iorque: Routledge Taylor And Francis Group, 2013. p. 239-265.

HEITSHUSEN, Valerie. **Filibusters and Cloture in the Senate**. Washington, D.C: Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL30360>. Acesso em: 12 abr. 2024.

HINES, James. The Tax Revenue Capacity of the U.S. Economy. In: ALLEN, Franklin (ed.). **Is U.S. Government Debt Different?** Filadélfia: Fic Press, 2012. p. 113-127.

HORTON, Emily. **The Legacy of the 2001 and 2003 "Bush" Tax Cuts**. Washington, D.C: Center On Budget And Policy Priorities, 2017. Disponível em: <https://www.cbpp.org/sites/default/files/atoms/files/3-31-17tax.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

HOUGHTON, Benjamin. China's Balancing Strategy Between Saudi Arabia and Iran: the view from Riyadh. **Asian Affairs**, Londres, v. 53, n. 1, p. 124-144, 3 jan. 2022.

HUDSON, John. **Flexing New Powers, Congress to Review Arms Shipments to Saudi Arabia**. 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/12/10/flexing-new-powers-congress-to-review-arms-shipments-to-saudi-arabia/>. Acesso em: 26 maio 2024.

HUGHES, Llewelyn. The limits of energy independence: assessing the implications of oil abundance for u.s. foreign policy. **Energy Research & Social Science**, Amesterdã, v. 3, p. 55-64, set. 2014.

HUGHES, Llewelyn; LONG, Austin. Is There an Oil Weapon?: security implications of changes in the structure of the international oil market. **International Security**, Cambridge, v. 39, n. 3, p. 152-189, jan. 2015.

JAEGER, Paul; BERTOT, John Carlo; MCCLURE, Charles. The impact of the USA Patriot Act on collection and analysis of personal information under the Foreign Intelligence Surveillance Act. **Government Information Quarterly**, Tallahassee, v. 20, n. 3, p. 295-314, jul. 2003.

JI, Qiang; ZHANG, Hai-Ying; ZHANG, Dayong. The impact of OPEC on East Asian oil import security: a multidimensional analysis. **Energy Policy**, Amesterdã, v. 126, p. 99-107, mar. 2019.

JONES, Jeffrey. **Confidence in U.S. Institutions Down; Average at New Low**. 2022a. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/394283/confidence-institutions-down-average-new-low.aspx#:~:text=Currently%2C%2027%25%20of%20U.S.%20adults,points%20from%2036%25%20in%202020>. Acesso em: 23 abr. 2024.

JONES, Jeffrey. **Trust in Federal Government Branches Continues to Falter**. 2022b. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/402737/trust-federal-government-branches-continues-falter.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2024.

JONES, Toby. America, Oil, and War in the Middle East. **Journal Of American History**, Oxford, v. 99, n. 1, p. 208-218, 22 maio 2012.

KAISER, Robert; OTTAWAY, David. **Oil for Security Fueled Close Ties**: but major differences led to tensions. But Major Differences Led to Tensions. 2002. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2002/02/11/oil-for-security-fueled-close-ties/fdf1f123-214f-41b3-a53c-a5e687c648e7/>. Acesso em: 26 maio 2024.

KALICKI, Jan; GOLDWYN, David. (ed.). **Energy and Security**: toward a new foreign policy strategy. Washington, D.C: Woodrow Wilson Center Press, 2005.

KRANE, Jim; MEDLOCK, Kenneth. Geopolitical dimensions of US oil security. **Energy Policy**, Amesterdã, v. 114, p. 558-565, mar. 2018.

KRIEG, Andreas. Externalizing the burden of war: the Obama doctrine and us foreign policy in the middle east. **International Affairs**, Oxford, v. 92, n. 1, p. 97-113, jan. 2016.

LIMA, José Antonio. Saudi Arabia's Foreign Policy under MBS: decision unit change and its impacts towards yemen and syria. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 1-22, maio 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/zXFKRdYbPHyXnNRmQwyhvrb/?lang=en>. Acesso em: 26 maio 2024.

LINDSAY, James. **CONGRESS AND THE POLITICS OF U.S. FOREIGN POLICY**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

LINDSAY, James. National Security, the Electoral Connection, and Policy Choice. In: LEVIN, Martin; DISALVO, Daniel; SHAPIRO, Martin (ed.). **Building Coalitions, Making Policy**: the politics of the Clinton, Bush, and Obama presidencies. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2012. p. 275-307.

LONG, David. Us-Saudi Relations: evolution, current conditions, and future prospects. **Mediterranean Quarterly**, Durham, v. 15, n. 3, p. 24-37, 1 set. 2004.

LYNCH, Marc. Obama and the Middle East: rightsizing the u.s. role. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v. 5, n. 94, p. 18-27, set. 2015.

MAGNOTTA, Fernanda. O papel do Congresso dos EUA na formulação de política externa do Governo Obama. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 3, n. 1, p. 120–145, 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3484>. Acesso em: 26 maio 2024.

MAKDESSY, Rachel. **The U.S. Shale Boom and the Middle East**: how the Obama administration leveraged american oil to advance U.S. interests in the region. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Lebanese American University, Beirute, 2021. Disponível em: <https://laur.lau.edu.lb:8443/xmlui/handle/10725/13696>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MASON, Robert. **Foreign Policy in Iran and Saudi Arabia**: economics and diplomacy in the middle east. Londres: I.B.Tauris, 2015.

MASTANDUNO, Michael. Economic statecraft. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (ed.). **Foreign Policy**: theories, actors, cases. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 222-241.

MCBRIDE, James; BERMAN, Noah; SIRIPURAPU, Anshu. **The U.S. National Debt Dilemma**. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounders/us-national-debt-dilemma>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MCDONALD, Dian (ed.). THE CHANGING DYNAMICS OF U.S. FOREIGN POLICY-MAKING: an interview with under secretary of state for political affairs Thomas R. Pickering. **U.S. Foreign Policy Agenda**. Washington, D.C., p. 5-8. mar. 2000. Disponível em: https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/fpa/fpa_mar00.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

MCDONALD, Michael. **US Elections Project**: voting statistics. Voting Statistics. 2024. Disponível em: <https://www.electproject.org/election-data/voter-turnout-data>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MCFARLAND, Victor. The United States and the Oil Price Collapse of the 1980s. In: BASOSI, Duccio; GARAVINI, Giuliano; TRENTIN, Massimiliano (ed.). **Oil Counter-Shock**: the price colapse of the 1980s. Londres: I.B.Tauris, 2018. p. 258-277.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy**. Nova Iorque: Farrar, Straus And Giroux, 2007.

MORGAN, Iwan. Bush's Political Economy: deficits, debt, and depression. In: MORGAN, Iwan; DAVIES, Philip John (ed.). **Assessing George W. Bush's Legacy**: the right man?. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010. p. 185-206.

MOUAWAD, Jad. **President Fails to Budge OPEC on Production**. 2008. Disponível em: https://www.nytimes.com/2008/03/06/business/worldbusiness/06oil.html?pagewanted=1&_r=2&hp. Acesso em: 21 mar. 2024.

NEGROPONTE, John. **Annual Threat Assessment of the Director of National Intelligence**. 2006. Disponível em:

https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Testimonies/20060202_testimony.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

NEVITT, Mark. **The President and the Domestic Deployment of the Military**: answers to five key questions. *Answers to Five Key Questions*. 2020. Disponível em: <https://www.justsecurity.org/70482/the-president-the-military-and-minneapolis-what-you-need-to-know/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

NIVOLA, Pietro; CARTER, Erin. Making Sense of "Energy Independence". In: PASCUAL, Carlos; ELKIND, Jonathan (ed.). **Energy security**: economics, politics, strategies, and implications. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2010. p. 105-118.

NOSSEL, Suzanne. **The Do-Something Congress**. 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/07/16/the-do-something-congress-iran-deal-bipartisanship-obama-republicans/>. Acesso em: 26 maio 2024.

OBAMA, Barack. **National Security Strategy**. 2010. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

OCDE. **General government debt**. 2024. Disponível em: <https://data.oecd.org/gga/general-government-debt.htm>. Acesso em: 22 abr. 2024.

OECD. **Crude Petroleum in Japan**. 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-product/crude-petroleum/reporter/jpn>. Acesso em: 21 mar. 2024.

OECD. **Crude Petroleum in South Korea**. 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-product/crude-petroleum/reporter/jpn>. Acesso em: 21 mar. 2024.

OLMSTED, Kathryn. Terror Tuesdays: how obama refined bush's counterterrorism policies. In: ZELIZER, Julian (ed.). **The Presidency of Barack Obama**: a first historical assessment. Princeton: Princeton University Press, 2017. p. 212-226.

OPEP. **World crude oil exports by country**. 2024. Disponível em: https://asb.opec.org/data/ASB_Data.php. Acesso em: 21 mar. 2024.

OTTAWAY, David. The King and Us: U.S.-Saudi relations in the wake of 9/11. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v. 88, n. 3, p. 121-131, maio/junho 2009.

PAINTER, David S.. Oil and Geopolitics: the oil crises of the 1970s and the cold war. **Historical Social Research**, Colônia, v. 39, n. 4, p. 186-208, set. 2014.

PASHA, A. K. Saudi Arabia and the Iranian Nuclear Deal. **Contemporary Review Of The Middle East**, Nova Deli, v. 3, n. 4, p. 387-404, 16 set. 2016.

PETERS, Gerhard. **Federal Budget Receipts and Outlays**. 2021. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/statistics/data/federal-budget-receipts-and-outlays>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PEW RESEARCH CENTER. **1. Democracy and government, the U.S. political system, elected officials and governmental institutions**. 2018. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2018/04/26/1-democracy-and-government-the-u-s-political-system-elected-officials-and-governmental-institutions/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PEW RESEARCH CENTER. **Bush and Public Opinion**: reviewing the bush years and the public's final verdict. 2008. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2008/12/18/bush-and-public-opinion/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. Mapping the Obama administration's response to the Arab Spring. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 55, n. 2, p. 109-130, dez. 2012.

POLLACK, Josh. SAUDI ARABIA AND THE UNITED STATES, 1931-2002. **Middle East Review Of International Affairs**, Herzliya, v. 6, n. 3, p. 77-102, set. 2002.

PRIEST, Dana; ARKIN, William. **TOP SECRET AMERICA**: the rise of the new american security state. Nova Iorque: Little, Brown And Company, 2011.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **World Press Freedom Index**. 2024. Disponível em: <https://rsf.org/en/index>. Acesso em: 18 abr. 2024.

RIEDEL, Bruce. **Kings and Presidents**: Saudi Arabia and the United States since FDR. Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2018.

RIEDEL, Bruce. **The \$110 billion arms deal to Saudi Arabia is fake news**. 2017. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/the-110-billion-arms-deal-to-saudi-arabia-is-fake-news/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SANCES, Michael. Legitimate questions: public perceptions of the legitimacy of us presidential election outcomes. **Research & Politics**, Thousand Oaks, v. 10, n. 4, p. 1-8, out. 2023.

SANTOS, Maria Helena de Castro; TEIXEIRA, Ulysses Tavares. Interests and Values in Obama's foreign Policy: leading from behind?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 58, n. 2, p. 119-145, dez. 2015.

SCHULHOFER-WOHL, Jonah. The Obama administration and civil war in Syria, 2011–2016: us presidential foreign policy making as political risk management. **Journal Of Transatlantic Studies**, Leiden, v. 19, n. 4, p. 517-547, 17 nov. 2021.

SCOTT, James; ROSATI, Jerel. **THE POLITICS OF UNITED STATES FOREIGN POLICY**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2024

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolíticas do Petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **State of crime and criminal justice worldwide**. Salvador: Nações Unidas, 2010. Disponível em: https://web.archive.org/web/20140211174006/http://www.unodc.org/documents/commissions/CCPCJ_session19/ACONF213_3eV1050608.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

Senado. **Party Division**. 2024. Disponível em: <https://www.senate.gov/history/partydiv.htm>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SHAFFER, Brenda. **Energy Politics**. Filadélfia: University Of Pennsylvania Press, 2009.

SHERMAN, Wendy. **How We Got the Iran Deal**. 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/how-we-got-iran-deal>. Acesso em: 26 maio 2024.

SIDDIQUI, Kalim. The U.S. Dollar and the World Economy: a critical review. **Athens Journal Of Business & Economics**, Atenas, v. 6, n. 1, p. 21-44, 5 dez. 2020

SINGER, David; BREMER, Stuart; STUCKEY, John. National material capabilities (v6.0); Capability Distribution, Uncertainty, and Major Power War, 1820-2016. In: RUSSETT, Bruce (ed.). **Peace, War, and Numbers**. Beverly Hills: Sage, 2021. p. 19-48. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

STATISTICS CANADA. **Police Resources in Canada**. 2008. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/85-225-x/2008000/part-partie1-eng.htm>. Acesso em: 16 abr. 2024.

TAROCK, Adam. The Iran nuclear deal: winning a little, losing a lot. **Third World Quarterly**, Abingdon, v. 37, n. 8, p. 1408-1424, 4 maio 2016.

THORPE, Keir. The Forgotten Shortage: britain's handling of the 1967 oil embargo. **Contemporary British History**, Abingdon, v. 21, n. 2, p. 201-222, 8 jan. 2007.

UNGER, David. The Foreign Policy Legacy of Barack Obama. **The International Spectator**, Bologna, v. 51, n. 4, p. 1-16, out. 2016.

WALSH, Bryan. **President Obama: Person of the Year—and Driller in Chief**. 2012. Disponível em: <https://science.time.com/2012/12/19/president-obama-person-of-the-year-and-driller-in-chief/>. Acesso em: 26 maio 2024.

WEDDINGTON, Derika. **Rivalry in the Middle East: the history of saudi-iranian relations and its implications on american foreign policy**. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Defense And Strategic Studies, Missouri State University, Springfield, 2017.

YERGIN, Daniel. **The prize: the epic quest for oil, money, and power**. Nova Iorque: Free Press, 2008.